



Suplemento do Centenário



O ESTADO DE S. PAULO
17-5-1975
nº 20

Trinta anos depois da morte de Armando de Salles Oliveira ocorrida no dia 17 de maio de 1945, publicamos três trabalhos sobre a personalidade e a obra do estadista paulista. RICARDO MARANHÃO analisa em dois ensaios a atuação política de Armando Salles, sua administração como governador do Estado de São Paulo, suas divergências com o governo de Getúlio Vargas e traça o quadro em que se desenvolveu a campanha do político paulista para a presidência da

República. Estão aqui detalhados todos os lances que precederam ao golpe de 1937 e culminaram com a instalação da ditadura imposta pelo Estado Novo e o conseqüente exílio de Armando Salles e Júlio de Mesquita Filho. Na última página o professor ANTÔNIO SOARES AMORA faz um histórico da fundação da Universidade de São Paulo em 1934, um dos ideais de "O Estado" concretizados pela administração do governador Armando Salles.

Armando de Salles Oliveira

Integração no progresso paulista

Na campanha eleitoral de 1937, a União Democrática Brasileira publicou um pequeno livro sobre o seu candidato presidencial, Armando de Salles Oliveira. Livro propagandístico, procurava situar o candidato e sua biografia dentro dos valores positivos vividos pelo eleito, particularmente o paulista, que constituía a base de apoio mais importante da campanha oposicionista. Não foi difícil a tarefa dos autores do pequeno opúsculo. A vida pessoal de Armando Salles, antes de sua ascensão à carreira política, já se havia passado quase toda dentro do universo de valores mais caros aos paulistas, forjados pelo progresso econômico que desde o final do século XIX marcava e diferenciava a sociedade do Estado de São Paulo.

A grande riqueza do comércio cafeeiro, ampliada pelos mecanismos de proteção dos governos da Primeira República, circulava e se diversificava em múltiplos empreendimentos comerciais e industriais, permitindo uma euforia de progresso urbano sem paralelo em outros Estados. Tal euforia aparecia claramente expressa, com ingenua exacerbação, em um relatório da Prefeitura de São Paulo de 1914: "São Paulo está se aparelhando para ser um grande centro industrial, alguma coisa como Chicago e Manchester juntas." (1)

Ligando-se a essa euforia, os valores mais difundidos, particularmente entre os estratos mais altos da população urbana, diziam respeito ao progresso material, ao avanço técnico, à apologia dos grandes empreendimentos e da figura do "empreendedor", figura aliás favorecida pela difusão que a imprensa, e o recentemente difundido cinema americano, davam ao estereótipo do "grande magnata", símbolo do apogeu do capitalismo liberal. Embora a mentalidade das classes médias urbanas fosse ainda marcada por valores "tradicionalistas" e "agrários" mantidos pela oligarquia rural dominante até 1930, desde o início do século já se apresentavam fissuras importantes, nessa mentalidade. A ascensão de uma elite de profissionais liberais e pequenos empresários, possibilitados pelo progresso e pela industrialização, permitia superar o conservadorismo das classes médias "tradicionalistas", ligadas ao funcionalismo e aos cargos "de patronagem".

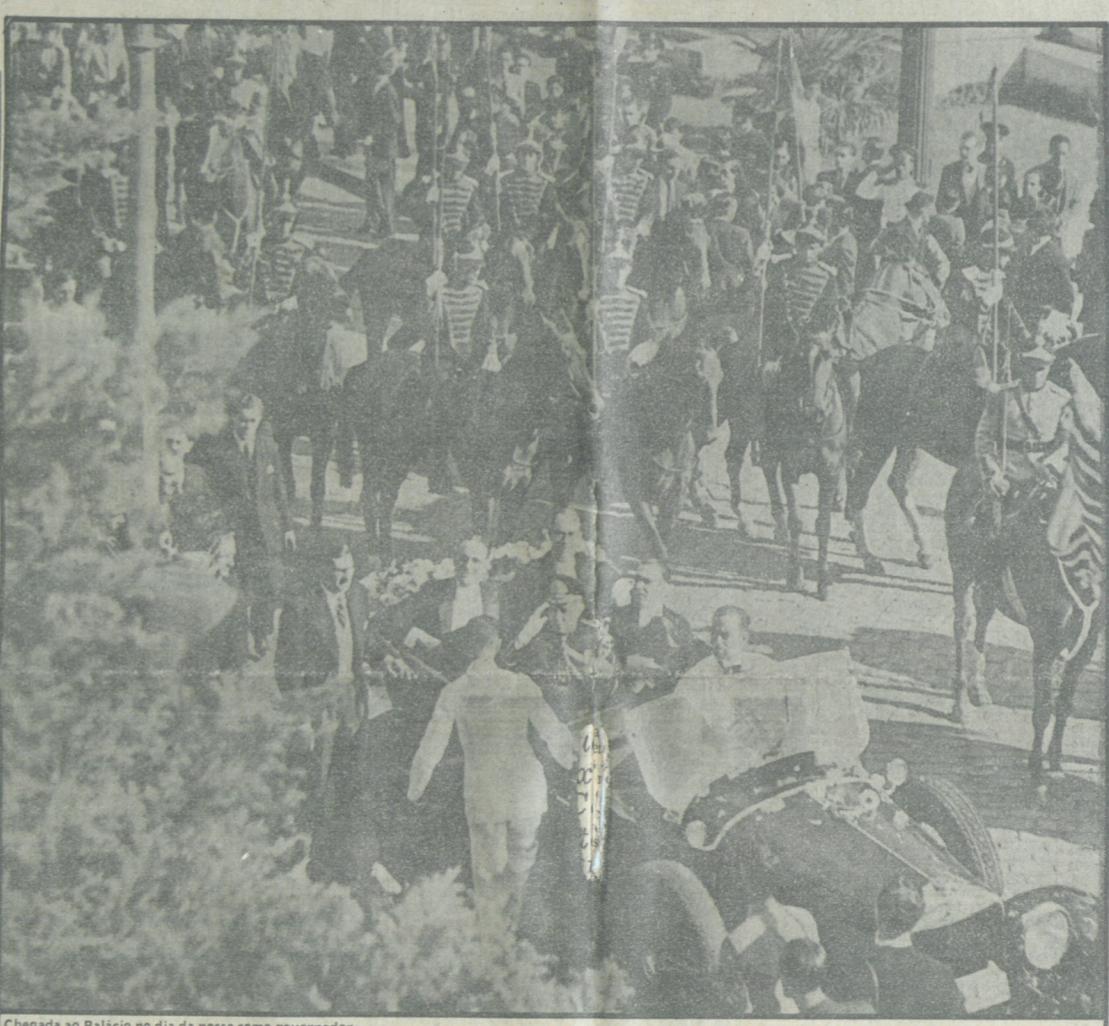
A nova valorização da figura do engenheiro, em oposição ao "bacharel" em Direito, prendia-se a isso. Os "bacharéis" mandavam na política, mas os engenheiros como Armando de Salles Oliveira eram considerados os artífices do progresso material e das novas realizações urbanas. Além disso, embora a classe média estivesse marginalizada do poder na Primeira República, "os altos setores médios, por sua situação (nível cultural superior, relacionamento pessoal, social e familiar com as oligarquias), encontravam-se mais familiarizados com o Estado e a atividade política." (2). Engenheiro famoso por seu trabalho no aperfeiçoamento da distribuição de energia elétrica no Estado, originário da alta classe média, empresário eficiente e vinculado a setores da elite política, Armando Salles reunia muitas das qualidades necessárias a um líder paulista, que fosse identificado com os ideais de progresso vigentes.

Por outro lado, era em São Paulo, mais que em qualquer outro lugar do Brasil, que se começava a adotar uma ética mais valorativa do trabalho e do esforço individual, mais consonante com o sistema capitalista, em oposição à velha moral colonial de desvalorização do trabalho e apologia da condição "aristocrática". Embora a classe média tradicional ainda repudiasse o trabalho manual, as novas condições da vida urbana e a presença dos imigrantes tendiam a conceder ao indivíduo que progride pelo próprio trabalho, um papel de destaque em uma escala de valores mais acentuadamente capitalista. Armando Salles podia ostentar uma condição desse tipo, devido às dificuldades financeiras particulares que sofreu em sua juventude e às peculiaridades de sua vida.

Armando não nasceu pobre, embora não pertencesse à elite econômica do café paulista. Seu pai, Francisco Salles de Oliveira Júnior, era filho de um comerciante português de Jacareí, e destacou-se como engenheiro sanitário. Presidiu a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, depois de trabalhar em obras de saneamento em Campinas. Pertencente à alta classe média, aproximou-se da burguesia ligada ao café, chegando a participar de uma casa/comissária de café em Campinas. Casou-se com Da Adelaide de Sá, filha do diretor da firma comissária, que deu à luz Armando em 24 de dezembro de 1887, em São Paulo.

A infância de Armando não foi difícil, permitindo-lhe frequentar bons colégios, como o Colégio Progresso Brasileiro e o Ginásio do Estado. Bom aluno, dado a longas leituras, parece ter adquirido uma formação humanística sólida, que revelaria mais tarde em seus discursos; mas, impressionado pelo êxito profissional do pai, enveredou pela carreira técnica, matriculando-se na Escola Politécnica. Suas dificuldades surgiram quando, em meio ao curso, seu pai faleceu, o mesmo acontecendo com sua mãe pouco tempo depois.

O velho Francisco Salles não deixara herança brilhante, e seus filhos passaram a depender da ajuda de parentes, em cujas casas vieram



Chegada ao Palácio no dia da posse como governador



Armando de Salles Oliveira com ministros e secretários

a residir. Armando, que foi morar na residência de Da Terezinha Sales Souto, passou a trabalhar para ajudar na manutenção de duas irmãs e dois irmãos mais novos. Atingindo a maioridade, ele procurou reunir os irmãos em torno de si, trabalhando bastante para sustentar uma pequena casa. Isso prejudicou um pouco o seu curso na Politécnica, embora Armando mantivesse a tradição de tirar boas notas, e conseguiu-se destacar politicamente entre os alunos, chegando a vice-presidente do Grêmio Politécnico.

Começou a se projetar no cenário paulista nos primeiros anos após o casamento, como engenheiro e empresário. Sua identificação com a mística paulista de progresso se deu no quadro das suas atividades como eletrotécnico e dirigente de empresas de eletricidade do alto interior paulista, que o tornaram conhecido. Mais importante, tornaram-no paradigma da promoção de um tipo de progresso material que interessava, como modernização de serviços, tanto ao setor urbano em rápido crescimento, quanto ao setor agrário. Sem dúvida foi aí, durante os anos de 1920, que Armando lançou as primeiras bases de seu prestígio. Ali, ele assumia fôca a mística do "empreendedor", já que até então poucas empresas, na maioria estrangeiras como a Light, se aventuravam a construir usinas hidrelétricas. Começando por montar uma pequena usina para a Compa-

nhia Força e Luz de Jaboticabal, que se encontrava em dificuldades financeiras, logo ele se tornou sócio majoritário da firma. Em seguida, associou-se à Empresa de Eletricidade de Rio Preto, incorporou a Companhia de São Simão-Cajuru e também outras companhias menores. Tinha como sócios, entre outros, Júlio Mesquita, Cincinato Braga e Alfredo Braga.

de 66.000 volts. Para o interior paulista, no ano de 1925, tratava-se de uma obra de grande vulto, o que valeu a Armando Salles um amplo prestígio. Nessa época, fez várias viagens à Europa, procurando entrar em contato com os progressos da eletrotécnica e eletrometalurgia, além de fazer cursos na Sorbonne.

Entretanto, as clássicas dificuldades de um país de economia dependente como a nossa, fizeram Salles Oliveira afastar-se dos seus empreendimentos no ramo da eletricidade. Depois de tentar sem êxito a obtenção de financiamentos ingleses, necessários à expansão dos negócios, ele os vendeu todos à então poderosa "Bond and Share", em 1927. Nesse mesmo ano, embora ainda pertencesse à diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, passou a presidir a diretoria do jornal "O Estado de S. Paulo", graças à reorganização exigida pelo falecimento de Júlio Mesquita. O jovem engenheiro, aproximando-se da maturidade, aproximava-se também um pouco mais da atividade política, dada a importância da atuação do Estado nos acontecimentos políticos do final dos anos 20 e durante toda a década de 30.

Porém, ele não se dedicou imediata e diretamente às questões mais cruciais que agitavam o ambiente de então. No Estado, desenvolveu atividade preponderantemente financeira, e além disso dedicou-se à organização, juntamente com Clóvis Ribeiro e outros, do famoso IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), inaugurado em 23 de julho de 1931. Com a criação do IDORT, Salles Oliveira associava seu nome às perspectivas "talentistas", então em voga nos centros mais adiantados dos EUA, de racionalização do trabalho industrial e aumento da produtividade. Completava, assim, a sua integração nos horizontes da visão paulista de progresso, preparando-se para o salto em direção à liderança política.

Na guerra paulista

Nos dias tensos que precederam a formação do governo pré-revolucionário paulista de 23 de maio de 1932, Armando Salles acompanhava de perto todas as articulações. Como é amplamente conhecido, o jornal O Estado de S. Paulo participou intensamente nos movimentos que levaram à formação da "Frente Única" e à ampla mobilização das vésperas de 9 de Julho. Júlio de Mesquita Filho, embora tivesse combatido duramente o velho PRP até 1931, sentia que o jovem Partido Democrático pouco poderia fazer diante da ditadura de Getúlio sem o apoio dos velhos oligarcas perrepipistas. Foi ele, sem dúvida, o principal articulador da aliança entre as duas agremiações paulistas. Embora não aparecesse diretamente nas negociações a respeito, Armando Salles, como presidente da Sociedade Anônima O Estado, teve nelas razoável influência.

Por isso mesmo, quando se organizou o gabinete de Pedro de Toledo em 23 de maio, por amplo consenso das lideranças paulistas, foi o seu nome escolhido para a secretaria da Fazenda. Tendo sido indicado pelo Partido Democrático, a que também pertencia, foi logo procurado pelo líder democrático Waldemar Ferreira para empossar-se no novo cargo. Contatos o professor Waldemar Ferreira: "Com surpresa, recusou-o. Julgava-se impedido de exercê-lo, por circunstância que denunciou. É que a grande empresa jornalística que presidia... se achava em relações de negócio com o Banco do Estado de São Paulo. Sendo este subordinado à Secretaria da Fazenda, julgava-se impossibilitado, sem quebra do imperativo de melhor ética, de ocupá-la". (3)

Com essa atitude cautelosa e honesta, muito pouco comum nestes últimos cento e cinquenta anos do Estado Brasileiro, Armando preservava seu nome para os acontecimentos posteriores à derrota armada de São Paulo. Entretanto, não deixou de lutar quando o drama paulista chegou a seu clímax depois de 9 de Julho. Como diz Hélio Silva em tom patético: "homens austeros e importantes, muitos deles, a grande maioria, meus amigos que estimo, admiro e servi com lealdade: Valdemar Ferreira... Armando de Salles Oliveira — deixaram suas mansões e escritórios para conspirarem, rebelarem-se e incitarem sua gente a uma guerra desigual..." (4) Na verdade, ele participou da luta junto ao setor de abastecimento, como membro de uma comissão de que faziam parte também Carlos Assunção e Aldo Azevedo, que tinha o fim de:

"a) indicar ao governo, de acordo com as classes interessadas, as providências para se garantir o abastecimento regular da população, das indústrias e dos serviços públicos, de todas as utilidades indispensáveis;"

"b) indicar as medidas a serem tomadas para se restabelecer o comércio de importação e exportação e o mercado de câmbio;" (5) e outras atividades, como elemento de ligação entre o governo revolucionário e o comércio e indústria.

Não há dúvida que tal atuação foi crucial. Todos os depoimentos destacam a importante organização autônoma forjada pelos paulistas para a sua logística e para a garantia do abastecimento popular. Porém, o papel de Armando seria extremamente mais importante depois da derrota militar de 1932, na articulação de uma nova existência política para São Paulo. Existência que, montada sobre as cinzas do fracasso armado, permitiria aos paulistas o sabor de uma vitória política.

(3) cf. Silva, A. C. Pacheco — Armando Salles Oliveira, Martins, S. Paulo, 1966, p. 62.
(4) Silva, Hélio — 1932 — A Guerra Paulista, Civilização, Rio, 1967, 25.
(5) Del Picchia, Menotti — A Revolução Paulista, S. Paulo, 1932, p. 93.

(1) cf. Morse, Richard — Formação Histórica de São Paulo, Difusão Europeia, S. Paulo, 1972, p. 283.
(2) Saes, Décio A. Marques — O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República, cadernos UNICAMP nº 1, Campinas, 1973, p. 55.

O interventor civil e paulista

"Faço questão, Dr. Armando, de entregar o governo de São Paulo a um dos homens do 9 de Julho", afirmou Getúlio Vargas a Salles Oliveira no dia 17 de agosto de 1933, ao lhe comunicar a nomeação para o cargo de interventor de seu Estado. (6) Para muitos rebeldes paulistas, ainda com as feridas do ano anterior mal cicatrizadas, e também para muitos dos que os combateram na sangrenta luta, a decisão de entregar o governo do importante Estado, a um homem identificado com a luta constitucionalista, era estranha e surpreendente. Mas aqueles que acompanharam com lucidez a evolução dos acontecimentos posteriores à rendição de São Paulo podiam perceber o significado do gesto de Vargas.

Desde outubro de 1932, os paulistas sentiam o seu Estado como uma espécie de "terra arrasada", ocupada por uma interventoria militar a cargo do gen. Waldomiro Lima. Muitos líderes estavam presos ou exilados, e inúmeros participantes da revolta haviam sido perseguidos e destituídos de seus cargos. Os ânimos permaneciam tensos, mesmo porque várias das organizações constitucionalistas não haviam sido totalmente destruídas, e se alimentavam de profundos ressentimentos populares. Getúlio tinha clara consciência de que a derrota de São Paulo fora apenas parcial. "Ela servia, quando menos, para mostrar ao governo revolucionário que São Paulo era ainda o maior centro produtor do País e, praticamente, a única fonte de divisas... E que, portanto, nos planos políticos e econômicos do governo, era preciso contar com ele." (7)

Por isso mesmo, o ditador dera ordens a Waldomiro Lima para procurar "pacificar" as elites paulistas, "esquecendo os ressentimentos". Além disso, preocupava-se com a crise econômica em que o País se debatia, com reflexo da Grande Depressão, crise que era particularmente dramática no setor do café: de 1930 a 1932, o preço da saca caíra a cerca de um quarto de seu valor, e o abandono em massa das lavouras, deixando milhares de desempregados nas cidades, vinha agravar a sua já intensa crise social. Embora liquidasse o Instituto do Café, para enfraquecer ainda mais o velho PRP, Getúlio avocou o problema para o plano nacional, com o Departamento Nacional do Café, que logo foi usado para atenuar os rancores de muitos fazendeiros através de créditos e proteção oficial.

No plano político, porém, a situação era bastante complexa e as soluções muito difíceis. Waldomiro Lima pouco fazia para "pacificar" os paulistas, preocupado em continuar indefinidamente no poderoso cargo de interventor. Além disso, os muitos remanescentes da Frente Unica Paulista, com grande apoio popular, não haviam desistido de sua reivindicação de um interventor civil e paulista.

No plano nacional, delineava-se a vitória política da reivindicação constitucionalista tomada como bandeira por São Paulo um ano antes. Getúlio preparava-se para aceitar a formação de uma Assembléia Constituinte eleita, o que reforçava o ponto de vista dos paulistas e portanto as pretensões destes. Por outro lado, a base originária do ditador, o Rio Grande do Sul, não mais lhe oferecia segurança: a Frente Unica gaúcha, que logo se transformaria no Partido Republicano Liberal, desde o ano anterior era claramente opositora e granjeava prestígio no Estado, o que obrigaria mais tarde o próprio Flores da Cunha a se afastar do presidente.

Finalmente, havia o grave problema dos "tenentes", aglutinados no Clube 3 de Outubro. Seus líderes, atraído Oswaldo Aranha, procuravam organizar-se em partido e subordinar Getúlio ao seu programa, oferecendo uma suposta alternativa à inquietação militar reinante. Nos quartéis, os militares, pertencentes ou não à corrente "tenentista", agitavam-se constantemente, correndo céleres os rumores boatos de conspiração da caserna. No ano de 1933, os generais Góis Monteiro, João Gomes e Daltro Filho comunicavam-se frequentemente, revelando ao telefone suas inquietações diante das notícias, verdadeiras ou falsas, sobre a articulação de levantes nos quartéis. (8) "Tenentes" como João Alberto preconizavam a completa destruição da liderança paulista, mas Getúlio, mãeiro, sabia que logo depois de esmagar São Paulo, os tenentistas se sentiriam mais à vontade para tentar empalmá-lo e colocar a presidência sob seu controle.

Por tudo isto, Vargas percebeu a necessidade de atender aos paulistas. Seu primeiro passo foi convocar eleições para a Constituinte, sabendo da minúscula força eleitoral dos "tenentes". Nas eleições de 3 de maio de 1933, os elementos mais representativos dos que se bateram pelo Constitucionalismo em 9 de Julho, com a importante participação do Estado de São Paulo, da "Frente Unica", e com a colaboração de Armando Salles, apresentaram uma Chapa Unica por São Paulo Unido. Sua vitória foi estrondosa. A tentativa do interventor, gen. Waldomiro Lima, de eleger deputados através do aliciamento de fazendeiro por um simulacro de "Partido da Lavoura", foi um fracasso quase total.

Restituída a São Paulo a possibilidade de uma representação constitucional, restava a espinhosa questão da interventoria. Juarez Távora, aquele momento bastante insuspeito de qualquer simpatia para com a liderança paulista, já havia afirmado em carta confidencial a Getúlio, de 6 de janeiro de 1933: "Tive oportunidade de dizer ainda em plena campanha militar contra os rebeldes paulistas, que terminada aquela luta fratricida, o Governo Provisório praticaria obra de sabedoria, entregando livremente aos filhos de São Paulo a solução de seu delicadíssimo problema político-administrativo, reservando-se apenas o direito de colocar pessoas de sua absoluta confiança à frente da 2ª R. M., da Força Pública e da Chefatura de Polícia... de volta da campanha... Deveria ter-lhe dito também então — e não lho disse porque supunha que seria curta a permanência do sr. Gal. Waldomiro Lima, no posto de governador militar — que seu nome me parecia contra-indicado para resolver o caso de São Paulo, porque reunia, ao fato de se haver salientado na luta contra os rebeldes paulistas, as circunstâncias de ser gaúcho e estar ligado a V. Exa. por laços de parentesco." Como Juarez, vários outros próceres políticos e militares preocupavam-se com o problema, o que levou Getúlio a estimular uma série de consultas para a sua solução equilibrada.

O clima agitado, a que não faltavam incidentes entre soldados do Exército e populares, levou o próprio chefe de polícia de São Paulo, Olímpio Falconieri, representante da facção tenentista, a dizer: "O caso paulista precisa não obstante ser resolvido, e só o será com a escolha de um interventor civil e paulista" (9).

Em junho, foram feitas várias consultas ao Partido Democrático, ao PRP, à Liga Eleitoral Católica, à Federação dos Voluntários, etc. Apareceram vários nomes, como Cantídio de Moura Campos, Francisco Machado de Campos, Waldomiro Silveira, Antônio Cintra Gordinho, Rodrigo Otávio de Menezes, Benedito Montenegro. Mas o único nome que aparecia em pelo menos três listas diferentes era o de Armando

de Salles Oliveira. O candidato, além de ter prestígio, possuía a indispensável condição de transitar em quase todas as áreas, por não ter tido, anteriormente, uma definição partidária setária. Por tudo isso, Armando foi o escolhido, para a difícil tarefa de reconstrução paulista.

Por outro lado, um interventor eficaz teria de escoimar da vida política do Estado os rancos separatistas que restavam entre alguns elementos que participaram de 1932. Embora identificado com os interesses dominantes em São Paulo, Salles Oliveira, como todo verdadeiro chefe, sabia alçar-se um pouco além das reivindicações imediatas do grupo sob seu comando, projetando diretrizes eminentemente políticas, isto é, que visavam a sociedade global. Disse ele aos deputados da chapa única, quando partiu para a Constituinte, na Capital Federal: "No momento em que se reúne a Constituinte, dissipadas para sempre todas as prevenções, devem os brasileiros se compenetrar de que nenhum entendimento será possível, e nenhuma obra realizável, se o debate das idéias não se travar sobre a rocha firme e indiscutida da unidade nacional... Identificado com São Paulo,

"Faço questão, dr. Armando, de entregar o governo de São Paulo a um dos homens do 9 de Julho — afirmou Getúlio Vargas a Salles Oliveira no dia 17 de agosto de 1933, ao lhe comunicar a nomeação para o cargo de interventor do seu estado, Para muitos rebeldes paulistas, ainda com as feridas do ano anterior mal cicatrizadas, e também para muitos dos que os combateram na sangrenta luta, a decisão de entregar o governo do importante Estado a um homem identificado com a luta constitucionalista, era estranha e surpreendente. Mas aqueles que acompanharam com lucidez a evolução dos acontecimentos posteriores à rendição de São Paulo podiam perceber o significado do gesto de Vargas"

cheio de uma gratidão que nenhuma palavra poderia exprimir, tenho sempre, diante de sua grandeza, uma atitude de infinita humildade. Quando, porém, deixo os domínios do coração e me embrenho nos da análise, procuro em vão os motivos que poderiam arrastar um paulista a abraçar o ideal mesquinho, de egoísta utilitarismo, que julga resolver o problema de São Paulo pondo a felicidade no ponto mais baixo do horizonte, quase ao alcance da mão...

...Eu, guiado tanto pelo sentimento como pela razão, creio que todo o fulgor da história de São Paulo, as admiráveis qualidades de seu povo, o seu ardente civismo... seriam meras aparências se não se desenvolvessem no quadro largo do horizonte nacional." (10)

Quando os deputados paulistas se preparavam para auxiliar a reconstitucionalização do País, Armando iniciava a penosa tarefa de administrar São Paulo, em meio a dificuldade que iam desde o caos do aparelho administrativo, arcaico, desarvorado por perseguições e demissões, até escaramuças e ameaças de militares insubordinados.

(10) Discurso de 7/11/1933, in "Discursos", S. Paulo, 1935, p.3-4

No teatro Odeon

O clima de violência e sedição reinante entre os militares, no início do governo de Armando Salles, traduzia-se muitas vezes em agressões à população civil. Uma mesquinha briga de fim de "reveillon", por isso, transformou-se em um sério conflito que pôs à prova a autoridade do interventor e a sua habilidade política, constituindo-se numa evidência dos problemas por ele enfrentados.

Tratava-se da festa de fim do ano no Teatro Odeon, muito procurada por paulistanos da classe média e alta, na passagem de 1933 para 1934. Na madrugada, quando a excitação era grande e bastante "champagne" havia sido consumido, dois dos presentes se engalfinharam, a socos e pontapés. A briga seria um fato corriqueiro, se um dos desafetos não fosse oficial do Exército. Embora estivesse vestido à paisana, julgou-se agredido injustamente pelos paulistanos presentes e resolveu dar coloração política à contenda, chamando em seu auxílio um bom punhado de soldados.

Gritando imprecizações contra os "separatistas", a tropa invadiu o baile, armada, desfechando tiros e coronhadas contra os presentes, que reagiram. Os ânimos tensos ampliaram a luta, pequena batalha que deixou vários feridos, entre os quais algumas mulheres.

No dia seguinte a situação se agitou ainda mais, pois os soldados, apesar de tudo, sentiam-se ofendidos nos seus brios militares, exigindo junto aos comandantes uma retratação dos "paulistas". Enquanto isso, os grupos de ex-voluntários de 32 marcavam reuniões para discutir a situação e protestar contra a insegurança reinante. O general Daltro Filho, ex-interventor, mantinha ainda o comando da 2ª Região Militar e desejava aproveitar-se da briga no teatro para prejudicar Armando Salles, e talvez afastá-lo da interventoria. Em telegramas enviados aos generais Góis Monteiro e Espírito Santo Cardoso, Daltro responsabilizava os "separatistas" pelos incidentes e atribuía a culpa ao Dr. Mário Guimarães, chefe de polícia e pessoa de confiança do interventor. Segundo ele, Mário se aproveitava do momento "para vazar o seu rancor aos militares". E acrescentava: "Consta que está preparando com o maior cuidado o inquérito tendencioso contra os oficiais e contra a tropa." (11) Provocativo, Daltro permitia que grupos de soldados desfilassem ameaçadoramente diante da casa de Armando Salles, assustando sua família.

A situação chegou a agravar-se nos dias subsequentes, pois um grupo de paulistas ligados ao PRP, que faziam oposição a Armando, ameaçava explorar o caso em seu próprio proveito: através de uma suposta organização de ex-combatentes, denominada "Capacetes de Aço", políticos da velha guarda vinculados a Sílvio de Campos e Ataliba Leonel pretendiam apresentar-se como os autênticos representantes da indignada população paulistana, para tentar diminuir o prestígio do interventor. Tentaram provocar uma suspensão da circulação dos jornais da cidade, em protesto contra os militares, só não conseguindo seu intento pela intervenção contrária de Júlio de Mesquita Filho, que compreendia a necessidade de acalmar os ânimos. (12)

Armando Salles percebia a gravidade da situação. Como dizia seu secretário da Justiça, Waldomiro Silveira, "estamos convencidos de que, com a permanência de certos elementos militares em São Paulo, nunca teremos sossego. Os abusos repetem-se, e cada vez mais graves." (13), sentindo a necessidade de uma atitude politicamente hábil, procurou aproximar-se do

(11) cópia de telegrama a Góis Monteiro, janeiro de 1934, arquivo de A. Salles Oliveira.
(12) carta de Júlio de Mesquita Filho a Armando, janeiro de 1934, arquivo de A. Salles Oliveira em poder de Paulo Duarte.
(13) carta a Armando, 3/1/1934, arquivo cit.

Ministério da Guerra, recentemente ocupado pelo gen. Góis Monteiro. No final do mês de janeiro, cedeu à jurisdição do Ministério a estratégica Ponta do Munduba, no litoral de São Paulo, para instalações de defesa costeira. Contando com o apoio do gen. Artur Heskett Hall e do comde da Força Pública Alcindar Pires Ferreira, procurou articular com Getúlio e Góis o afastamento de Daltro. Efetivamente, algumas semanas depois este era removido, ficando o comando da 2ª Região Militar entregue ao gen. Olímpio da Silveira. Foi uma vitória para a interventoria de Armando, que logrou atenuar muito a inquietação militar em São Paulo. Muito embora tal inquietação permanesse, lançando sombras sobre as perspectivas de democratização e constitucionalização do País, e alimentando os planos totalitários dos que, como Góis Monteiro, levaram o Exército a respaldar a ditadura de 10 de novembro de 1937. Na mesma medida em que conseguia o apoio do Ministro da Guerra, o interventor paulista era obrigado a ouvir deste, em silêncio, invectivas como esta: "minha opinião pessoal (é) sobremaneira conhecida a respeito da democracia liberal, que considero falida e inaplicável no momento presente, mormente em países novos, como o Brasil, cuja raça se acha ainda em franco caldeamento..." (14).

(14) carta de Góis Monteiro a Armando, 12/3/1934, arquivo cit.

"A partir de 1934, a vida pública de Armando Salles passou a ser plena de exigências, à medida que se consolidava sua liderança e se afirmava sua administração à frente do governo do Estado. Ele teve que reconstruir todo o aparelho administrativo, ao mesmo tempo que se preocupava com a regulamentação política das elites paulistas, derrotadas em 1930 e desbaratadas em 1932"

Governo e campanhas políticas

A partir de 1934, a vida pública de Armando Salles passou a ser plena de exigências, à medida que se consolidava sua liderança e se afirmava sua administração à frente do governo do Estado. Ele teve que reconstruir todo o aparelho administrativo, ao mesmo tempo que se preocupava com a regulamentação política das elites paulistas, derrotadas em 1930 e desbaratadas em 1932.

No plano administrativo, uma de suas primeiras dificuldades foi a de recompor os quadros de funcionários, desfalcados pelas perseguições políticas dos meses imediatamente posteriores à derrota da Revolução Constitucionalista. Constantemente chegavam ao gabinete do governador queixas e reivindicações de funcionários atingidos pelas perseguições. Enquanto procurava atender, na medida do possível, tais pedidos, ele compreendia a necessidade de uma reorganização administrativa global, para refazer a máquina dirigente paulista, depois de vários anos de caos, e para adequá-la às novas realidades do Brasil pós-30.

Nesse sentido, lhe foi fundamental a colaboração do IDORT, a que estava ligado desde a fundação. Trouxe de lá como seu secretário das finanças, o hábil economista e administrador Clóvis Ribeiro. Junto com ele, Armando conseguia impor aos órgãos de governo os princípios da racionalidade tecnicamente desenvolvidos pelo IDORT, apesar de muitas limitações. O quadro financeiro que se apresentava ao novo secretário era extremamente grave. As vicissitudes da

revolução de 1932 haviam multiplicado os déficits orçamentários, que desde 1931 se acumulavam. A violenta queda dos preços do café, decorrente da crise mundial iniciada no "crack" da Bolsa de Nova York em 1929, privou o Estado de São Paulo de uma de suas mais importantes receitas, gerada pelas taxas sobre a exportação do produto. Por outro lado, como demonstrou Armando em discurso de 25 de janeiro de 1934, na Bolsa de Fundos Públicos, (15) a prosperidade aparente de antes de 1930, baseada nos altos preços do café, era um "castelo de cartas". Através de grandes empréstimos e inversão de capitais americanos, encobria-se um déficit real, ao qual a obstinação dos administradores perreptistas em confiar na "política de valorização" cafeeira não dava importância. O governador e o secretário Clóvis Ribeiro tinham consciência da necessidade de renovar a política econômica, num momento de profundas mudanças em que o governo federal avocava a si a realização da política cafeeira.

Clóvis Ribeiro reduziu e racionalizou os impostos, que existiam em grande número e se serviam de uma complicada e morosa sistemática tributária. Para isso, baseou-se muito no trabalho de análise do IDORT, cujo relatório, de 106 volumes, abrangia toda a complexa sistemática administrativa do Estado e de suas inúmeras repartições. Desde 1934, no seu período de interventoria, passando pelos anos seguintes, de governo constitucional, até o final de 1935, Armando procurou, baseando-se no relatório, racionalizar o aparelho dirigente. Impriu-se uma harmonia mais perfeita entre os órgãos das diversas secretarias, com o escopo de "estabelecer um plano de uniformização das funções puramente administrativa, em cada uma delas, abrangendo os serviços de contabilidade, material, controle, pessoal, veículos e expediente." (16) O trabalho de Armando e Clóvis permitiu que, ao final de seu governo, se pudesse apresentar um superávit financeiro e um governo mais eficaz.

No plano da ação política, uma das primeiras preocupações do governador de São Paulo foi a de estimular e coordenar os esforços da Bancada Paulista na Assembléia Constituinte. A importância da participação de São Paulo na obra constitucional era imensa, pela sua luta constitucionalista anterior. A dramaticidade do fato pode ser avaliada pelo depoimento de Hélio Silva, a respeito do embarque da Bancada para o Rio:

"Ainda garoava e fazia frio na Paulicéia. A velha Estação do Norte, cheia de uma multidão agitando bandeiras paulistas. Homens altos, fardados de azul, montavam guarda à entrada, prestando homenagem às autoridades que chegavam..."

"Havia homens que se chamavam Armando de Salles Oliveira, Alcântara Machado, Valdemar Freira, J.J. Cardoso de Melo Neto, Cincinnati Braga, Paulo de Moraes Barros, José de Almeida Camargo, que tinham lutado nas trincheiras ou nas salas, no combate ou no exílio e por isso haviam sido escolhidos para representar, ainda uma vez, São Paulo. Estavam ali José Carlos de Macedo Soares, Carlota Pereira de Queiroz, Carlos de Moraes Andrade, Aureliano Leite, outra vez prontos para partir, como se houvessem recebido uma nova ordem de comando... Pairava a ausência ou a saudade dos mortos e dos exilados. Era, assim, uma reunião de família, a que estavam presentes todos os seus membros e não podia comparecer nenhum estrangeiro." (17)

A Bancada Paulista, instalada no Rio, contava com uma secretaria que lhe garantia completa assessoria parlamentar e jurídica. Logo nos primeiros dias de funcionamento da Assembléia Constituinte, aberta em 15 de novembro de 1933, os representantes de São Paulo iniciaram a luta pela concessão de anistia aos punidos e exilados de 1932. Vitoriosos, permitiram a volta ao Brasil de políticos como Pedro de Toledo, Otávio Mangabeira, João Neves da Fontoura e outros, além de figuras de revolucionários como Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte.

A anistia irritou os militares. Em primeiro lugar os "tenentes", mas estes já se achavam enfraquecidos, divididos, prestes a ver o seu movimento desaparecer. Entretanto, a inquietação armada e as ameaças contra a política civil partiam agora do alto oficialato, parte do qual se achava desconfortado com a reconstitucionalização e a volta dos políticos, ou "carcomidos" ou "casacas". Dirigiam suas baterias contra a Assembléia. O gal. Daltro F. dizendo preferir a "república ditatorial", atacava a Constituinte "que devia ser um sol, de onde irradiassem todas as claridades, (mas) empanada na obscuridade dos projetos e anteprojeto, que se multiplicam numa horrível confusão... Contemplando-a de fora, tem-se a impressão de um ajuntamento amorfo, a debater-se numa agitação estéril..." (18)

Entre os vários pronunciamentos e agitações da caserna, destacava-se a figura de Góis Monteiro, a quem muitos militares queriam fazer presidente da República. Dizia-se que, caso contrário, haveria um golpe militar e a dissolução da Assembléia. A Bancada Paulista era constantemente sobressaltada por boatos de que "os granadeiros do general Góis" estavam prestes à dissolução do órgão legislativo. Mesmo assim, continuava agindo, sob orientação de Armando Salles, no sentido de estender a anistia aos militares envolvidos em 1932, o que foi conseguido em maio. Além disso, batiam-se os paulistas pelo não reconhecimento integral dos atos do governo provisório de Getúlio, e pela inelegibilidade dos atuais ocupantes de cargos para as próximas eleições.

As ameaças de golpe deixaram Getúlio apreensivo. Pretendendo permanecer por muito mais tempo no poder, aproximou-se mais dos líderes políticos de São Paulo, e Minas Gerais, com Armando Salles e Benedito Valadares à frente, além de se assegurar do apoio de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul. Afastando Daltro do comando da 2ª Região Militar, fez com que Armando, se não apoiasse a sua continuação na Presidência da República, pelo menos se mantivesse neutro a respeito.

Terminados os trabalhos constitucionais em julho de 1934, a Assembléia realizou uma espécie de "barganha" com Vargas. Este seria eleito indiretamente presidente constitucional, e em troca a Assembléia não seria dissolvida, transformando-se em Congresso Nacional por uma legislação. Em 18 de julho, a barganha concretizou-se, o que não só permitia o prolongamento do poder getulista como reforçava a posição dos grupos então dominantes nos Estados. Isto deu a Armando Salles melhores condições para a reorganização política paulista.

Desde o início do ano ele se dedicava a isto, começando pela formação de um partido político apto a enfrentar as novas tarefas da situação pós-revolucionária: o Partido Constitucionalista. Nascido a 24 de fevereiro, a nova agremiação originava-se principalmente de três forças: os ex-combatentes de 32 e seus partidários (Federação dos Voluntários, Liga de Defesa Paulista, etc.); o Partido Democrático; e um grupo minoritário do PRP, que rompeu com a direção oposta a Armando.

A dissensão entre os velhos perreptistas e Armando vinha de antes da interventoria, que o PRP tentou obter para si através de "convênios" com o gen. Waldomiro Lima. Derrotados nesta pretensão, Ataliba Leonel e Sílvio de Campos, entre outros, decidiram fazer cerrada oposição ao interventor. Liberados por Alcântara Machado, homens como Abelardo Vergueiro César e Cândido Motta Filho aproximaram-se do Partido Constitucionalista.

(15) cf. "Discursos", cit., p.13 a 30
(16) Silva, A. C. Pacheco — op. cit., p. 87
(17) Silva, Hélio — op. cit., Dedicatória
(18) entrevista a A. Platão, 10/4/1934



Aspecto do banquete oferecido ao governador

(6) cf. depoimento de Júlio Salles Oliveira, entrevista pessoal concedida ao autor.
(7) Basbaum, Leônicio — História Sincera da República, Fulgor, S. Paulo, 1967 (3ª ed.), 3ª vol., pg. 58.
(8) cf. conversas telefônicas interceptadas pela censura, arquivo de Armando Salles Oliveira.
(9) carta a Vargas Tinoco, 8/6/1933, arquivo de Getúlio Vargas.

Termo de compromisso e posse do Governador do Estado de São Paulo, doutor Armando de Salles Oliveira

Los seis dias de mes de abril de anno de mil novecentos e trinta e cinco, reunida a Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo em suas sessões, no antigo edifício do Congresso Legislativo, a praça Joo Mendes, nesta cidade de São Paulo, sob a presidência de seu presidente, doutor Leão Teixeira de Assumpção, ás quatro e meia horas, compareceram e se apresentaram perante Armando de Salles Oliveira, eleito e proclamado no sessão de hontem e na forma prescripta pela Constituição Federal e pelas Instruções baixadas ao Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, para Governador do Estado no primeiro quinquênio constitucional, e por sua excellencia foi proferido e seguinte:

Compromisso

"Prometto cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e a que for promulgada para este Estado, observar as leis e desempenhar com patriotismo e lealdade as funções de meu cargo."

Pelo presidente da Assembleia foi, então, empregado no cargo de Governador do Estado de São Paulo e em substituição ao doutor Leão Teixeira de Assumpção, Armando de Salles Oliveira.

Para constar, mandei lavrar e presento termo que me assignado pela minha e pela empadada. Em Joo Luiz Barbosa de Oliveira, Director Geral da Secretaria da Assembleia Constituinte do Estado, e subscrisse.

Leão Teixeira de Assumpção
Armando de Salles Oliveira

Documento de posse do governador

Essa aproximação correspondia à própria decadência do velho PRP, que depois de dominar São Paulo e o Brasil durante toda a República Velha teimava em sobreviver na situação pós-revolução de 30. Armando tinha plena consciência do esclerosis da velha agremiação e da urgência de sua substituição: "A existência de partidos políticos com programas definidos é uma necessidade para São Paulo. A decadência da política paulista nas duas últimas décadas, ninguém o contestará, vem do fato de se ter anulado diante dos chefes do executivo, o próprio partido que os elegia. De abdicação em abdicação, o partido não só perdeu a noção de responsabilidade, como deixou embor-se até o próprio instinto de conservação. Daí a falta de equilíbrio e a espantosa descontinuidade de ação que caracterizaram os últimos governos constitucionais de São Paulo, e que podem ser expostas concretamente pelo balanço da situação financeira que deles herdamos". (19) Para conduzir a reorganização partidária, formou-se o diretório do Partido Constitucionalista, composto de Benedito Montenegro, Alarico Franco Calabi, Bento de Abreu Sampaio Vidal, Carlos de Abreu Sodré Carlos de Souza Nazaré, Cesário Coimbra, Fábio da Silva Prado, Luis de Toledo Piza Sobrinho, Waldemar Ferreira e outros.

A partir de julho de 1934, Armando e seu partido voltaram a atenção para as eleições estaduais, que em 14 de outubro deveriam eleger a Constituinte paulista. A partir daí, iniciou-se a fase mais brilhante de sua carreira política, posta constantemente à prova, em reuniões que evidenciaram sua habilidade organizatória, como em comícios que destacaram sua vibrante oratória e capacidade de liderança. Tratava-se não apenas de rearticular a máquina política estadual, mobilizando o eleitorado, como de derrotar o tradicional prestígio do PRP entre os "coroneis" oligarcas do interior.

A eficácia de Armando à frente do governo do Estado, ampliada pelo seu prestígio anterior entre os políticos do norte e oeste, grangeado desde o tempo das companhias de eletricidade, lhe valeram muitos pontos. Mas as perspectivas de vitória dos candidatos do novo partido só se tornaram mais claras a partir do seu sucesso nos comícios populares das principais cidades paulistas. Magro e alto, de porte imponente e voz forte e clara, Salles Oliveira impressionava as multidões de ouvintes. Revelou-se ótimo orador, preparando ele próprio discursos brilhantes, diretos e incisivos. Afastando-se um pouco das velhas tradições "bacharelísticas", evitava rodeios e floreios nas suas frases, que preferia recheadas de informações e dados estatísticos que evidenciassem as realizações do governo estadual. Discursou em Santos, Araras, Jau, Ribeirão Preto, Campinas, Sorocaba e várias outras cidades. Nos últimos dias da campanha, em outubro, fez nas cidades do Vale do Paraíba alguns dos seus discursos mais famosos e aplaudidos, como o de Taubaté, no dia 12. Ali, depois de desfiar inúmeros dados numéricos sobre a situação econômico-financeira e suas realizações nesse plano, asseverou a certeza na vitória, tratando com ferina ironia os adversários perrepiistas "prestes a morrer" politicamente: "... estou longe de pensar, como os antigos, que tem um cheiro agradável o corpo do inimigo morto. Aos solenes funerais que vamos presenciar a 14 de outubro, podeis estar certo de me ver de chapéu na mão; e assim, lembrando-me com humildade que não há poder humano que não acabe, assistirei à passagem do orgulhoso idolo sem vida." (20)

O Partido Constitucionalista obteve em 14 de outubro 34.015 votos, contra 25.506 do PRP. (21) Armando de Salles Oliveira obteve uma importante vitória. Garantindo a maioria da Constituinte paulista, depois transformada em Assembleia Legislativa estadual, garantia também a continuidade de seu governo: terminados os trabalhos constitucionais, ele foi indiretamente eleito governador do Estado, cargo em que permaneceria até o final de 1936. Ao mesmo tempo, consolidavam-se em todo o Brasil os situacionismos estaduais, e institucionalizava-se a força de Getúlio.

Na maioria dos meios dirigentes civis, os sucessos de 1934 eram vistos no quadro de uma perspectiva otimista de vida constitucional. O

jogo de compromissos políticos então estabelecido equivalia a uma "pacificação" necessária às realizações administrativas. Armando procurou, dentro dessa premissa, aprofundar a obra de reforma da administração orientada pelo IDORT. Em 1935, alguns resultados da racionalização burocrática se evidenciaram: muitos papéis que anteriormente levavam 22 dias para ser despachados, passaram a sê-lo em apenas 4 dias. (22).

A universidade de São Paulo

A ênfase na extensão e aperfeiçoamento do sistema educacional era um dos elementos cruciais da formação liberal de Salles Oliveira. Seguindo um veio tradicional do liberalismo brasileiro, ele insistia em seus discursos na necessidade da educação como alavanca de progresso e solução de problemas sociais. Na chefia do governo paulista, ampliou muito seu prestígio pela sua obra nesse setor, marcando a história do ensino pela fundação de um dos maiores e mais importantes núcleos universitários da América Latina, a Universidade de São Paulo.

Até então, existiam apenas faculdades isoladas, apesar das tentativas que, desde a primeira década do século, houve da parte de intelectuais como Pereira Barreto e políticos, de organizar uma Universidade. A 25 de janeiro de 1934, o governo reuniu as sete faculdades oficiais, de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia, Veterinária, Agronomia e o Instituto de Educação em um mesmo corpo administrativo. Além disso, criou a escola que seria o núcleo principal da organização da Universidade, dentro das tradições humanísticas européias: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, destinada prioritariamente à formação de professores do ensino secundário. A faculdade, que se dedicaria também à pesquisa, era um velho objetivo do jornal O Estado de São Paulo e de seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, cunhado e militante político ao lado de Armando.

Para desenvolver a Universidade e a Faculdade de Filosofia, o governador e seus colaboradores buscaram o concurso de importantes professores estrangeiros; da Alemanha vieram o zoólogo Ernest Bresslau, o químico Heinrich Rheinboldt, e o botânico Felix Rawitscher; da França, Paul Arbousse Bastide, que marcou profundamente a sociologia brasileira, além do historiador Emile Coornaert, do geógrafo Pierre Deffontaine e mais tarde, Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss, além de vários outros, que conferiram à USP, e particularmente à Filosofia, uma feição bastante análoga à imagem da Sorbonne francesa; e vários professores italianos, entre os quais o latinista Francesco Piccolo e o matemático Fantappiè; e além destes, o físico Gleb Whatagin.

Por outro lado, buscou Armando a colaboração de intelectuais brasileiros de renome, como Fernando de Azevedo, que foi um dos principais organizadores da Faculdade de Filosofia, ao lado de Antônio de Almeida Prado; o biólogo André Dreyfus, o etnógrafo Plínio Ayrosa, o físico Luis Cintra do Prado e vários outros; além da colaboração de Teodoro Ramos na contratação de professores estrangeiros.

Não ficaram apenas no plano universitário as atividades do governo Salles Oliveira no setor educacional. Reorganizou-se também o ensino primário, dividido em regiões e unidades escolares. Em 1934 e 1935, 506 novas unidades escolares foram criadas por ano, em média. O ensino secundário, que até 1930 era altamente exclusivo da elite econômica (existiam apenas três escolas oficiais no Estado, e algumas particulares e caras), também recebeu atenção: em 1936, já existiam 34 estabelecimentos oficiais secundários (23) e a Faculdade de Filosofia começava a superar os vícios do autotratamento formando professores. Quando Armando deixou o governo, estava prestes a entrar em funcionamento o Ginásio Modelo, anexo aquela escola, de estrutura semelhante à dos Liceus franceses. Já estava em elaboração um anteprojeto do Ginásio, a cargo de Dinah Levi-Strauss, esposa do famoso antropólogo Claude Lévi-Strauss.

A ruptura com Vargas

A política de compromissos e pacificação, retomada em 1934 em nome da constitucionalização do País, teria curta duração. As elites políticas brasileiras, muitas delas anteriores à Revolução de 1930, tinham a visão política obnubilada pelo passado de República Velha, incapazes de perceber a realidade social em profunda transformação. As massas populares urbanas emergiam caoticamente no cenário político, e a revolução de 30 começando como movimento liberal, tendia a desdobrar-se em várias propostas de revolução social; as lideranças tendiam, ora a esterilizar-se num liberalismo puramente jurisdicista, ora a pugnar por soluções experimentais de emergência, muitas vezes marcadas pelo totalitarismo em ascensão na Europa. Mas a crise política e institucional avançava, configurando-se como crise de hegemonia que a simples edição de uma Constituição não podia resolver; a inquietação militar assumia formas cada vez mais complexas, abrindo-se para propostas conspirativas e totalitárias; e a maioria dos políticos mostrava-se incapaz de entender a necessidade de incorporação das massas a um projeto de Estado Nacional.

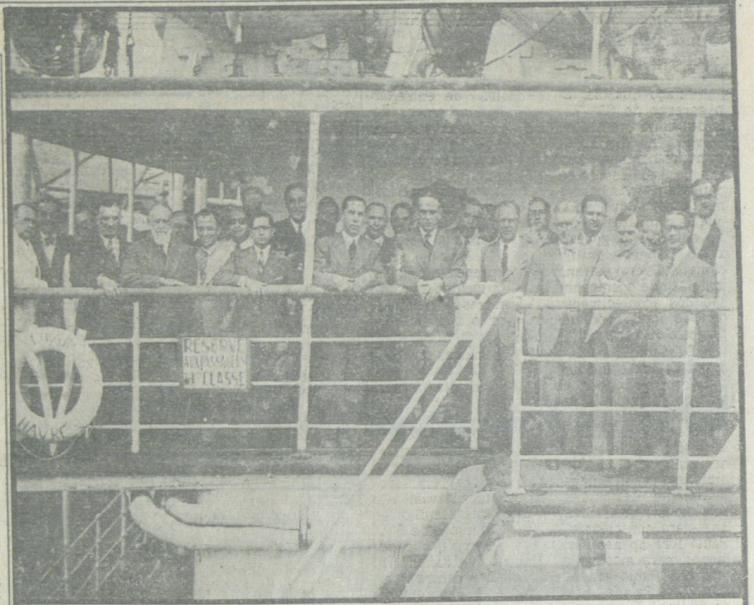
O próprio Armando percebia, de maneira difusa, essa realidade. Em conversa com Humberto de Campos, em 1935, disse: "... a crise brasileira não é popular, mas das classes superiores; não é das massas, mas dos que devem dirigi-las e não se acham preparados, nem conjugados para lhes imprimir direção." Armando, no seu pensamento político, buscava saídas para essa situação. Mas se achava vinculado a setores dominantes paulistas que nem sequer percebiam como Vargas iria explorar a situação: muitos deles, preocupados apenas em conter o avanço das massas, contribuíam para fortalecer as pretensões ditatoriais getulianas, preparando o seu próprio cadafalso político. Salles Oliveira, embora procurasse, como líder, alçar-se mais além de seus grupos de apoio, só perceberia tais pretensões entre 1936 e 1937; empenhar-se-ia em luta desesperada, porém demasiadamente tardia para oferecer um novo projeto político como alternativa a elas.

“Em conversa com Humberto de Campos em 1935, Armando Salles disse: “a crise brasileira não é popular, mas das classes superiores; não é das massas, mas dos que devem dirigi-las e não se acham preparados, nem conjugados para lhes imprimir direção.”

Lembrava ainda Armando Salles que “estamos impregnados do sentimento nacional que oporemos às investidas marxistas da frente internacional. Mas estamos também impregnados do sentimento democrático, que oporemos, com o mesmo vigor, às tentativas de assalto dirigidas pela direita”

Ele percebia a crise do liberalismo clássico: “Se a liberdade individual, que é a base de nossa democracia, significa a avidez, o egoísmo materialista, o ateísmo; se a liberdade é a exploração do poder pelos interesses particulares, a tirania de homens insaciáveis que recusam posições públicas e procuram manejar os governos como instrumentos a serviço de seus negócios; se a liberdade é a intransigente aplicação do “laissez-faire”, negando a função social e econômica do Estado e deixando que, na luta pela vida, os fortes continuem a devorar os fracos; se a liberdade, em vez de ser um estímulo para as forças criadoras do espírito, é a subornadora dos melhores cérebros e dos melhores artistas, mercantilizand-os e escravizando-os ao gosto do lucro; se a liberdade é a indiferença pela sorte dos produtores, é a não intervenção no Estado na usura e na exploração do trabalhador; se a liberdade é o direito de injuriar e vilipendiar a autoridade, de desmoralizar e intrigar as Forças Armadas, de exigir ordem propagando a desordem, — com essa espécie de liberdade, a democracia jamais deterá a vaga coletivista... Temos a coragem de enfrentar a realidade e imolar velutas ideais, a que nos apegamos mais por hábito do que por convicção, se queremos salvar os princípios básicos, as vigas essenciais do arcabouço democrático.” (24)

Alguns setores das elites deixavam-se contaminar pelo totalitarismo de direita, num momento em que a burguesia e as classes médias de algumas potências via no fascismo a única maneira de salvar o capitalismo. Copiando os



Salles Oliveira e Júlio de Mesquita Filho pararem para o exílio



A campanha política para a presidência

“camisas-negras” de Mussolini, a Ação Integralista de Plínio Salgado fazia desfilar seus “camisas-verdes” do totalitarismo caboclo, de tons tradicionalistas e pífios. Armando tinha uma clara condenação desse nacionalismo direitista, baseada em sua formação liberal: “O que distingue o tirânico nacionalismo que se alastra pelo mundo é a sua impressionante unanimidade. Inspirados exclusivamente pelos ideais nacionais, sufocando os últimos frêmitos do individualismo, alguns povos cimentam à sua unanimidade moral por meio de uma disciplina absoluta...” (25) Na verdade, tal “disciplina” destinava-se a conter a “vaga coletivista”, tarefa de que o liberalismo era por muitos considerado incapaz. Armando, pela posição e formação, era claramente anticomunista, o que não o tirava necessariamente para a direita. Referia-se aos comunistas como “os que, arrastados por uma mística louca, procuram transformar o homem em grosseiro instrumento do instinto e reduzi-lo, em nome da igualdade, à servidão e à miséria.” (26) Lembrava entretanto que “estamos impregnados do sentimento nacional, que oporemos às investidas marxistas da frente internacional. Mas estamos também impregnados do sentimento democrático, que oporemos, com o mesmo vigor, às tentativas de assalto dirigidas pela direita.” (27)

Entretanto, o anticomunismo estava sendo, desde o final de 1934, habilmente manobrado por Getúlio e pela direita do Exército para arrancar concessões antidemocráticas do Legislativo. Inicialmente, o anticomunismo dos paulistas chefiados por Armando levou-os, enganosamente, a apoiar tais concessões que mais tarde se abateriam sobre suas cabeças.

Tal se deu com a Lei de Segurança Nacional, proposta logo em janeiro de 1935 pela maioria governista da Câmara, em nome do combate ao “extremismo”. Fazendo coro com Góis Monteiro, os deputados do governo alegavam a “instabilidade política”, o “clima de agitação”, para justificar o projeto, que na prática limitava as liberdades públicas asseguradas na Carta de 1934. Como dizia um deputado oposicionista, a Lei correspondia “a um verdadeiro golpe de estado certamente vibrado pelo governo contra as instituições nascentes, pelo fato de assegurarem estas aos cidadãos de todas as classes uma interferência mais acentuada na vida política do País, uma fiscalização menos plácida e mais positiva da atividade dos seus representantes e dirigentes. Tudo quanto o executivo perdera, na organização e no funcionamento dos poderes emanados do povo, ... os seus agentes procuraram recuperar, de outro lado, pela dilatação progressiva da esfera das prerrogativas policiais.” (28)

Assim que o projeto foi apresentado, vários setores passaram a combatê-lo de maneira veemente, pelo seu caráter antidemocrático. Liberais como Otávio Mangabeira, oficiais do Clube Militar, inúmeros jornais, levantaram seu protesto. A principal oposição, porém, veio dos meios operários mais combativos, que acreditavam ser a Lei de Segurança voltada fundamentalmente contra eles, num quadro em que o movimento sindical estava em franco crescimento, ao mesmo tempo que o Partido Comunista começava a se destacar nos sindicatos.

Muito combatido, o projeto foi retirado do plenário, e substituído por outro do deputado paulista Henrique Bayma. O substitutivo era mais brande e mais de acordo com a Constituição, mas também foi visto pela oposição como perigoso para as instituições democráticas: “pela sua elasticidade, pelo caráter vago de que se revestem os dispositivos, pela imprecisão da linguagem, pela indeterminação da matéria a que eles se destinam, abrem a porta às interpretações perigosas, temerárias e suspeitas mediante as quais podem degenerar em verdadeira negação dos direitos políticos, cujo exercício o Código Eleitoral procura assegurar.” Em nome da política de “pacificação”, Armando autorizou

os deputados paulistas a aprovarem o projeto Bayma, o que se fez a 4 de abril de 1935.

Pretextando “combater o extremismo”, o projeto foi aplicado em junho contra a Aliança Nacional Libertadora, de esquerda e chefiada por Luiz Carlos Prestes, fechando-a no momento em que apresentava um surpreendente crescimento. Os aliancistas, principalmente os que militavam nas fileiras do Exército, partiram para a clandestinidade e passaram a preparar um movimento armado contra o governo.

Getúlio parecia estar a par dos preparativos conspiratórios. A sua polícia política tinha à frente Filinto Muller, notório simpatizante do nazismo que mantinha contatos com a Gestapo de Hitler, aproveitando seus métodos de infiltração nas organizações oposicionistas. Segundo Leônicio Basbaum, havia inúmeros policiais infiltrados na ANL e no Partido Comunista, que tinha papel de destaque nos preparativos, tinha um policial, de cognome Miranda, no seu próprio secretariado. Um agente da Gestapo, que se fazia passar por membro do Comitê Soviético com o nome de Paulo Gruber, participava ao lado de Prestes nos planos militares da ANL (30). Dessa maneira, a polícia de Filinto tinha razoável noção dos planos da revolta, mas nada fez para impedi-la. “O fato de não haver prendido os conspiradores, de concentrar no Rio de Janeiro alguns oficiais rebeldes que se achavam presos em outros Estados, nos permite concluir que Getúlio realmente armava o seu esquema continuista, permitindo que a revolução eclodisse para que pudesse esmagá-la”, diz Basbaum. Realmente, o levante se iniciou em 23 de novembro em Natal, eclodindo nos quartéis do Rio a 27 do mesmo mês.

Não foi difícil para as forças legalistas esmagar a “Intentona Comunista”, como ficou conhecido o levante. Mas o clima de terror e apreensão em que o fato lançou as elites políticas, foi habilmente explorado por Vargas, para conseguir poderes especiais que pudessem afastar o “perigo comunista”, ampliado aos olhos da opinião pública. Já em dezembro, o Congresso aprovou, quase por unanimidade, as emendas 1 e 2 da Constituição, que reduziam certas regalias dos militares envolvidos no levante e ampliavam o poder punitivo do governo. A repressão que se desencadeou foi violentíssima, marcada pela torturas, assassinios, prisões indiscriminadas de pessoas que, muitas vezes, nada tinham a ver com a ANL. Os relatórios de Filinto Muller, enviados às lideranças políticas e governadores de Estado, exacerbavam o terror. Logo, o congresso concederia a Vargas o Estado de Guerra, que lhe ampliava muito os poderes.

Durante as discussões para a votação (e posterior prorrogação) do Estado de Guerra, a posição de Armando Salles, embora favorável era um pouco difícil. Em cartas trocadas com seu líder parlamentar Henrique Bayma (31), ele discutia as eventuais consequências negativas de uma filiação estrita às proposições governamentais. Mas a estreita vigilância e a censura da polícia, o clima de repressão e terror anticomunista, as ações ilegais dos “camisas verdes” de Plínio Salgado, auxiliadas pelos homens de Filinto, dificultavam uma tomada de posição que de longe se assemelhasse a uma “indulgência” para com os comunistas. E a bancada paulista apoiou o Estado de Guerra.

O ambiente político após a Intentona facilitava a difusão das doutrinas totalitárias do nazi-fascismo, então em ascensão vibrante na Europa. Getúlio, embora nunca se apresentasse como adepto dessa voga, permitia as ações dos seus partidários, pois se preparava para demolir a Constituição e assumir o poder absoluto do Estado. Não se opunha às simpatias fascistas de um setor da alta oficialidade do Exército, entre a qual se destacava Góis Monteiro. Desde dezembro de 1935, esse general, ao lado de Dutra e de outros elementos do Estado Maior, estava convencido de que o regime constitucional, que “não se coadunava com as condições do país”, deveria ceder lugar a um sistema autoritário, mediante um golpe de Estado. (32).

(30) cf. Basbaum, op. cit. p. 74 e 81.
(31) cf. arquivo cit.
(32) Coutinho, Lourival — O General Góes Depõe, Rio, 1956, p. 273 e seq.

(19) “Discursos” cit. p. 34
(20) idem, p. 240
(21) cf. Carone, Edgar — A República Nova, Difel, S. Paulo, 1974

(22) cf. “Armando Salles Oliveira”, seção de propaganda da U.D.B., S. Paulo, 1937, p. 42
(23) idem, p. 44 a 48

(24) discurso em S. José do Rio Preto, 18/10/1936, in Jornada Democrática, José Olympio, Rio, 1937

(25) “Discursos” cit., pg 33
(26) idem, p. 248
(27) Jornada Democrática cit., prefácio
(28) Covello, A. A. de — “A Lei de Segurança — Trabalhos Parlamentares”, Revista dos Tribunais, S. Paulo, 1935
(29) idem, ibid, pg. 10-11

Aos poucos, Armando e sua equipe perceberam as reais intenções dos golpistas. Aproximavam-se as eleições presidenciais, marcadas para o final de 1937, que deveriam indicar o substituto de Getúlio. A crescente projeção do governador paulista apontava-o como um dos mais prováveis candidatos ao posto, em um quadro de normalidade constitucional. Mas, segundo Flores da Cunha, desde setembro de 1935 Vargas o havia sondado sobre a possibilidade de continuar na presidência. (33)

O desenlace veio no final de 1936. Instado por seus partidários, Armando foi ao Rio de Janeiro para se candidatar à presidência de se candidatar à chefia da Nação. Naquele momento, em uma conversa de quase três horas nos jardins do Palácio do Catete, ficaram claras as intenções getulianas. Elas se apoiavam em uma suposta "inoprotunidade" das eleições, diante do clima "tenso" do País, e se estendiam sobre a conveniência de prorrogar todos os mandatos executivos. Embora pudesse ser beneficiado

(33) Calmon, Pedro — História do Brasil, Rio, 1959, vol. 6, p. 2241

**“Manhã de 10 de novembro de 1937
Uma bela residência
da avenida Nossa
Senhora de Copacabana
é cercada
por soldados
do Exército.
Seus habitantes,
atemorizados, não
parecem
entretanto
denotar surpresa.
Antes,
o cansaço
denuncia a noite
de vigília.
Atravessando o
jardim,
o oficial de
comando manda
chamar
o chefe da casa.
Traz uma ordem de
prisão domiciliar para
Armando
de Salles Oliveira”**

pela medida, permanecendo na chefia do governo de São Paulo, Armando rejeitou a proposta.

Regressando a São Paulo, preparou-se para o lançamento de sua candidatura, pelo Partido Constitucionalista, o que implicava, de acordo com as leis vigentes, em sua desincumbência e afastamento da governança estadual. Depois de várias consultas, que incluíram contatos com políticos de outros Estados, os líderes do partido assinaram documento afirmando que, para interpretar o pensamento do povo de São Paulo, na afirmação profundamente nacionalista de suas aspirações, nada mais indicado que o sr. Armando de Salles Oliveira; “os constitucionalistas faziam ‘um apelo a sua excelência para que assumia o posto que, de direito lhe cabe, na Presidência do Diretório Estadual de nosso partido, embora isso importe em seu afastamento do governo do Estado.” (34) Assinavam Alcântara Machado, Antônio Carlos de Abreu Sodré, Cardoso de Melo Neto, Ernesto Leme, Gastão Vidigal, Henrique Bayma, Valdomiro Silveira, Waldemar Ferreira. Nesse mesmo dia, 29 de dezembro de 1936, Armando renunciou ao cargo, indicando para o governo do Estado o nome de Cardoso de Melo Neto.

Em janeiro de 1937, foi lançada publicamente a candidatura de Armando, nome que logo tendeu a aglutinar a maioria das forças oposicionistas legais. Iniciaram-se os longos dias de uma campanha custosa, vibrante, difícil e tensa. A tensão e a incerteza quanto à realização das eleições conferiam à campanha um tom dramático, insuflando seus participantes de um ânimo não apenas eleitoral, mas de luta contra o golpe de estado. Principando já a correr o Brasil em comícios empolgantes, Salles Oliveira tentou por todos os meios a preservação do regime democrático, antes que Getúlio rasgasse a carta de 1934 e mergulhasse o Brasil nas sombras do Estado Novo. Só a força das armas, estimulada pelos erros anteriores da maioria dos políticos brasileiros, entre os quais os paulistas, pode obstar Armando, entregando a vitória ao autoritarismo militar-getuliano e aos apólogos do nazi-fascismo. Entregando-se ao combate, ele fez vibrar multidões com o seu dístico: “Para que o Brasil Continue!”

Na hora da tempestade

Manhã de 10 de novembro de 1937. Uma bela residência da Avenida Nossa Senhora de Copacabana é cercada por soldados do Exército. Seus habitantes, atemorizados, não parecem entretanto denotar surpresa. Antes, o cansaço denuncia a noite de vigília. Atravessando o jardim, o oficial de comando manda chamar o chefe da casa. Traz uma ordem de prisão domiciliar para Armando de Salles Oliveira.

Havia semanas, Armando e parte de sua família estavam residindo ali, por gentileza do proprietário Mário Brandt, pois o Rio de Janeiro era o centro de decisões políticas. Dias antes, a sua equipe política se preparava para o pior. Desde 5 de novembro o golpe de Estado parecia inevitável. Num último esforço, os líderes da oposição, reunidos na “União Democrática Brasileira”, resolveram redigir o famoso apelo “Aos Chefes Militares do Brasil”, lido por Armando no dia 9. Através de suas palavras dramáticas, líderes como Antônio Carlos, Artur Bernardes, Otávio Mangabeira, Prado Kelly e outros, pediam ao exército que frustrasse as pretensões dos que pretendiam “a prorrogação, pacífica ou violenta, do mandato presidencial”, e que, “envolvendo a boa fé do Exército e da Marinha nas malhas da conspiração, aproveitem o estado de guerra para destruir as forças políticas e abafar a consciência da nação.” Confiando no patriotismo dos comandos das Forças Armadas, Armando encerrava: “A nação está voltada para seus chefes militares; suspenso, espera o gesto que mata ou a palavra que salva.” (35)

(34) O Estado de S. Paulo, 29/12/1936
(35) Oliveira, A. Salles — Diagrama de Uma Situação Política, Renascença, São Paulo, 1945, p. 5-13

Naqueles dias agitados, ele previa violências e arbitrariedades. Por isso mesmo, e para não ser acusado de sedição, havia desarmado sua guarda pessoal, escondendo três metralhadoras na casa de uma parente em Laranjeiras. Na manhã de 10 de novembro, o “Diário Oficial” estampava a nova Carta fascista de “Polaca” de Francisco Campos, como ficou chamada, por se inspirar na constituição totalitária da Polónia; ao mesmo tempo, Armando era preso na casa da Avenida Nossa Senhora de Copacabana, sob severíssima vigilância, enquanto as instituições eram fechadas e se completava o ciclo antidemocrático iniciado com a repressão à ANL em 1935. O discurso do dia 9 fora inútil.

Vislumbrando, ainda que remotamente, uma possibilidade de resistência, Armando permitiu que as metralhadoras fossem enviadas a São Paulo, para ser entregues à oposição paulista. Sua filha Lucilla conseguiu fazê-las transportar secretamente, mas a polícia política descobriu a manobra, prendendo seu marido Antônio Luís Teixeira de Barros.

A repressão nunca conseguiu apreender as metralhadoras, mas a sua utilidade, de qualquer forma, era quase nula. Não havia possibilidade de resistência, os grupos oposicionistas não estavam articulados para isso, e o mais importante, as organizações populares antifascistas, tinham sido arrasadas pelo terror policial desde 1935. Nem que desejassem uma arregimentação de resistência, os grupos democráticos paulistas naquela hora não encontrariam eco nas massas.

O mais grave, que frustraria quaisquer possibilidades de resistência, seria o adesismo covarde à ditadura, por parte de muitos dos que lutaram ao lado de Armando, quando as coisas estavam mais fáceis. Tal atitude seria explicável, da parte dos elementos do PRP, que sempre procuraram minar o líder paulista. De fato, um dos perrepietas, Ademar de Barros, seria por muito tempo braço direito da ditadura em São Paulo, com a colaboração de muitos dos velhos oligarcas agrários daquele partido. Mas o que surpreendeu Salles Oliveira foi o adesismo de algumas figuras de Partido Constitucionalista, ou da coligação que o lançou à presidência.

A longo prazo, a adesão de vários grupos economicamente dominantes de São Paulo à ditadura, seria mais facilmente inteligível. A política industrial de Vargas beneficiou inegavelmente amplos setores da burguesia paulista, particularmente aqueles que se aproximaram das comissões governamentais de política econômica. Mas para alguns líderes do grupo de Armando, foi mais fácil e cômodo aderir imediatamente, por motivos exclusivamente políticos. Como J. J. Cardoso de Melo Neto, que, colocado um ano antes no governo do Estado por indicação do candidato presidencial, resolveu dar seu apoio ao Estado Novo para permanecer mais algum tempo no poder. Ou como um jornalista então ainda um proprietário de pequenos jornais, que até o 10 de novembro vivia bajulando o líder paulista. Muitos outros, se conciliaram com Getúlio. Talvez o exemplo mais nítido desse tipo de conduta tenha sido o de Júlio Barata, jornalista que serviu à ditadura em um de seus organismos mais odiosos: o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, criado à imagem e semelhança dos seus congêneres nazifascistas. Pouco antes do golpe, Barata, partidário de Salles Oliveira, havia solicitado a Vivaldo Coaracy, homem de confiança deste, ajuda financeira para seu pequeno jornal, Coaracy estava providenciando o auxílio, através do “Estado de S. Paulo, quando a 10 de novembro mudam rapidamente os pendores do solicitante: passando a apoiar Vargas, Barata escreveu na primeira página de seu jornal, em letras garrafais: “Na Hora da Tempestade Não se Muda o Timoneiro!”

A luta, nas aspezezas do exílio

Armando ficou preso em Copacabana até 20 de novembro. Dali, foi levado para outra prisão domiciliar, nas minas de Morro Velho, onde foi detido em uma casa de propriedade dos engenheiros da Companhia Inglesa de Minas. Condenado à monotonia de ouvir o dia todo o triste assobio dos aparelhos de ventilação da mina, ele só podia receber pouquíssimas visitas de parentes. De longe, sem nada poder fazer, assistia às mudanças e degolas promovidas pela ditadura. Certo dia, sua filha Lucilla estava ao seu lado, quando chegou a notícia da queda de Cardoso de Melo Neto, que trairá Armando. O ditador resolvera trocá-lo por um servidor mais fiel, Ademar de Barros, Lucilla ficou radiante quando soube que “Cazuza tinha sido despejado”, mas seu pai a advertiu: “com esse homem (Ademar), a coisa vai ser muito pior.” De fato, algum tempo depois, o novo interventor lideraria o processo de invasão e apropriação indebita do jornal O Estado de S. Paulo.

Enquanto Armando estava junto ao Morro Velho, os principais elementos da sua equipe política eram também presos, tinha suas casas invadidas, seus amigos e parentes molestados, perseguidos e detidos. Júlio de Mesquita Filho foi recolhido a um quartel do Exército no Rio.

Em maio de 1938, o ex-governador paulista foi transferido para São Paulo, e, sempre sob rigorosa vigilância, obrigado a residir em uma fazenda de parentes em Espírito Santo do Pinhal. Em fins de outubro, foi novamente chamado a São Paulo pelo Delegado de Ordem Política e Social, para receber uma ordem que o deixou profundamente abatido.

O delegado lhe comunicou que deveria embarcar imediatamente, na qualidade de exilado político, para o estrangeiro. A ordem teria vindo diretamente do presidente, em telegrama enviado por intermédio do gen. Góis Monteiro. Dias depois, a 3 de novembro, ele era obrigado a embarcar no pequeno vapor francês “Lipari”. O passaporte que lhe foi concedido, visando a afastá-lo para bem longe, só era válido para a Europa e os Estados Unidos. Junto com ele seguia para a França sua esposa, seu filho Armandinho, além de Júlio de Mesquita Filho e sua esposa. O futuro Brigadeiro, Eduardo Gomes, visitou-os no momento da partida. Diz ele: “Quando fui visitá-los a bordo, apreciei a firmeza de ânimo de ambos, muito embora o exílio não fosse conveniente a nenhum dos dois, não só pelas suas relações familiares, pelos interesses particulares que os prendiam ao País, como pela precária situação financeira em que se encontravam. Em relação ao sr. Armando Salles, havia ainda a circunstância de estar com um filho doente, necessitando de constante assistência e que naturalmente ia sofrer a influência depressora do desterro do pai, sendo certo que esse filho seguiria em sua companhia.” (36)

No dia 25 de novembro, desembarcavam os exilados em Paris. Para lá, seguiram também várias outras vítimas do Estado Novo, que se juntaram a eles: Paulo Duarte, Paulo Nogueira Filho, Luis Liza Sobrinho, Otávio Mangabeira, Mário Brant, Lindolfo Collor, entre outros.

A grande maioria dos exilados mostrou-se disposta a combater, o exílio, a situação inaugurada. Contando com inúmeras dificuldades, sabendo que a censura e o rígido controle policial impediriam praticamente a repercussão de seu atos no Brasil, eles se mostraram dispostos a manter a cabeça erguida e a dignidade, no combate à ditadura, em um momento em que as forças mundiais do fascismo estavam no apogeu. Pouco antes, os dirigentes da França e da Inglaterra haviam adotado a atitude capitulacionista dos acordos de Munique, fortalecendo Hitler. A respeito, Armando comentava: “Quando cheguei à França, dois meses depois

do acordo de Munique, encontrei uma atmosfera de tamanha depressão e discórdia interna, que tive a impressão de que a democracia estava vivendo seus últimos dias... Não me abandonou

“O delegado lhe comunicou que deveria embarcar imediatamente, na qualidade de exilado, político, para o estrangeiro. A ordem teria vindo diretamente do presidente, em telegrama enviado por intermédio do general Góis Monteiro. Dias depois, a 3 de novembro, ele era obrigado a embarcar no pequeno vapor francês “Lipari”. O passaporte que lhe foi concedido, visando a afastá-lo para bem longe só era válido para a Europa e os Estados Unidos. Junto com ele seguiam para a França sua esposa e seu filho Armandinho, além de Júlio de Mesquita Filho e sua esposa.”

“A morte prematura de Armando de Salles Oliveira seria um dos traços mais trágicos de sua dramática existência. Corroído pelos tormentos do exílio, com a saúde combalida, ele faleceria no momento exato em que a derrota do totalitarismo nazi-fascista fazia ruir a ditadura do Estado Novo ao mesmo tempo em que se abriam, em todo o mundo, os caminhos para transformações democráticas”

durante algum tempo o receio de uma rendição final das democracias, num segundo e irremediável Munique.” Ele chegou a pensar em que voltaria ao Brasil: “Cruel destino, o que oscilasse entre a submissão a um despota e o uniforme zebrado dos campos nazistas...” (37)

Cientes do caráter internacional da luta contra o fascismo, antes que as vacilações de muitos governos ocidentais lesassem a vitória deste, os exilados passaram a agir. Estabeleceram contatos entre todos os que estavam na mesma situação, tentaram desenvolver um sistema de contatos clandestinos com seus aliados no Brasil, embora com pouco sucesso, e passaram a dirigir apelos e manifestos, que faziam publicar em vários jornais do mundo.

Em 7 de janeiro de 1939, esses jornais estampavam a “mensagem dos Exilados Brasileiros ao Presidente Roosevelt”. Assinada por Armando, Mangabeira, Mário Brant, Luis de Toledo Piza, Julio de Mesquita Filho, Paulo Duarte e Paulo Nogueira Filho, o manifesto aplaudia o presidente norte-americano pela suas intenções em defesa da democracia, denunciava veementemente o Estado Novo, onde “não há sequer nenhum dos simulacros que outras ditaduras admitem”. (38) A mensagem destinava-se a criticar veladamente a atitude de Sumner Welles, do Departamento de Estado, que re-prendera severamente os jornalistas norte americanos por chamarem o Brasil de “fascista”, em nome da manutenção da política de Boa Vizinhança.

Logo depois, em março, Paulo Nogueira Filho conseguiu enviar ao Brasil sua carta “Aos Democratas”, “cf. p. 113-114”
(37) “Carta aos Brasileiros” de 8/12/1939, in “Diagrama”, “cf. p. 113-114”
(38) cf. cópia no Arquivo cit.

Companheiros de Ação Política”, mostrando a possibilidade de combater o ditador e pregando a luta pelo estado democrático. (39) Enquanto isso, Paulo Duarte escrevia várias cartas ao general Dutra, chegando a realizar uma viagem clandestina ao Brasil, para denunciar a infiltração nazista no País, verificar e difundir “as sensacionais informações que seriam divulgadas mais tarde nos livros de Rauschnig e Otto Strasser” sobre as ameaças de que a “América do Sul seria um dos principais alvos do imperialismo germânico.” (40) Em julho, Flores da Cunha, exilado em Montevidéu, divulgava manifesto dirigido a Dutra, atacando Vargas.

Em fevereiro, Armando Salles escreveu e publicou uma carta dirigida ao gen. Góis Monteiro, intitulada “O Exército Nacional e o Estado Novo”. Nela, depois de denunciar o autoritarismo de Góis, afirmava: “... pela sua autoridade e pelas suas responsabilidades, foi V. Exa., naquele efêmero período de regime legitimamente constitucional, o seu mais ativo e eficiente demolidor. Com uma dedicação, que tanto tinha de paternal, como de filial, foi V. Exa. quem melhor serviu os desígnios de longo alcance do sr. Getúlio Vargas.” (41)

O avanço nazi-fascista expulsou a maior parte dos exilados de Paris. Diante do agravamento da situação diplomática na frente ocidental, e da possibilidade de um ataque de Hitler, eles resolveram se retirar para os Estados Unidos. Chegando a Nova York a 4 de abril, Armando continuou a luta contra a ditadura. No dia 8 de dezembro de 1939, publicou uma das mais notáveis peças da literatura política dos liberais exilados: a carta aos brasileiros intitulada “Diagrama de Uma Situação Política”. Nas suas sessenta páginas, fez uma análise penetrante das causas do golpe, do significado político dos atos de Getúlio, das posições dos atores políticos naquelas cenas. Confiando na vitória militar dos aliados, prevenia, no entanto os brasileiros do perigo totalitário: “se as energias francesas e inglesas não fossem suficientes para subjugar as forças do mal desencadeadas na terra, alguns povos da América do Sul teriam mais cedo ou mais tarde de fazer o seu sacrifício de sangue — na sua própria terra, defendendo a sua casa, a sua família e seus mortos contra um agressor sem entrinhas.”

Armando apelava: “Cabe ao Exército, somente ao Exército, assumir a responsabilidade do poder. Precisamos promover a união dos brasileiros para enfrentar a tormenta, que nos está à frente. Fora do Exército, não há solução para a crise do Brasil. A união, só o Exército pode realizar, porque é a única força nacional não desorganizada pela demência autoritária.” Esse apelo estava na mesma linha de outros documentos de exilados na época, dirigidos aos militares, e refletia a esperança um tanto ilusória de romper a unidade do bloco de chefes militares em torno de Getúlio, naquele momento. A esperança se baseava em informes chegados do Brasil, como o de Herbert Levy: “está já em curso a inevitável luta do Getúlio com o Exército, ou mais particularmente com o Dutra.” (42)

Mas a unidade militar-getuliana ainda levaria muitos anos para se desfazer. Mesmo porque, no Exército, grassavam as ideias totalitárias, e a propaganda contra os liberais. Um panfleto que corria os quartéis, assinado por uma tal “União Sagrada dos Militares do Exército e da Armada”, dizia: “Denunciamos a existência de uma frente única de comunistas, integralistas, democratas e descontentes de todo o jaez conspirando não tanto contra o Governo, mas principalmente contra a Pátria. Denunciamos que um dos orientadores dessa campanha, Armando de Salles Oliveira, acaba de combinar com os judeus capitalistas da América do Norte os planos julgados aptos a conduzi-lo à presidência do Brasil, posto que ele ambiciona para nos vender à judiaria internacional. E se estendia em outras considerações e denúncias, em um linguajar grosseiramente fascista.

A medida que o tempo passava, o exílio se tornava mais áspero e difícil. A vida de dinheiro do Brasil era difícil, e nem todos os exilados conseguiram empregos. As vezes, os saques do Estado Novo creditados junto à embaixada brasileira em não perder completamente o apoio de Vargas, cuja diplomacia até 1941 oscilava numa perigosa neutralidade pró-Eixo, fizesse pressão sobre os órgãos e empresas para que não acolhessem os exilados brasileiros em seus quadros. Tal se deu com Otávio Mangabeira, que fazia traduções para o “Reader’s Digest”, e com Paulo Duarte, demitido da National Broadcasting, Júlio Barata, em visita a Washington à frente de uma missão do DIP, conseguiu que a revista despedisse Mangabeira do cargo de tradutor. Armando, que era um homem rico quando entrou na política, durante o exílio perdeu quase todos os seus bens, distante que estava de seus negócios. O confisco do jornal O Estado de S. Paulo, de cuja diretoria era presidente, agravou essa situação. Armando via raramente seus filhos, e contava com enormes dificuldades para se locomover.

O governo norte-americano se recusava a lhe dar um visto de saída para algum país da América do Sul, onde pudesse estar um pouco mais perto de seus amigos e parentes. Quando os EUA entraram na Guerra Mundial, Armando desabafou a um amigo americano advogado, que recebera advertência do Departamento de Estado para evitá-lo: “Tenho filhos e netos, e desejo que os americanos ganhem essa guerra, pois o nazismo seria insuportável; não fosse isso, os americanos até que deviam sofrer o jugo alemão.” (43) Ele só conseguira sair dos EUA, legalmente, no final de 1943, e mesmo assim por vias indiretas: o secretário de estado Cordell Hull, depois de conversar medrosamente com ele, arranhou-lhe um visto de saída para o México, onde o seu conhecido Carlos de Lima Cavalcanti, embaixador do Brasil naquele país, lhe conseguiu saída para Buenos Aires.

Antes disso, juntamente com Paulo Duarte, ele colaborou na revista Free World, socialista moderada, de Alvarez del Vayo, exilado republicano espanhol, e de cuja organização o vice-presidente americano Henry Wallace era presidente de honra. Ao lado do grupo de Free World, Armando avançou as suas ideias democráticas, dando-lhes um conteúdo social mais consistente com os modernos rumos da humanidade. Paulo Duarte chega a dizer que ele se aproximou do socialismo: “Os entrecorridos continentais, as inquietações humanas, ele sabia interpretar aqueles sintomas com a lucidez sociológica de um espírito altamente preparado para encarar e dominar um futuro incerto que se anunciava já para todos os povos. Ele via a revolução universal com toda a sua violência que iria acabar por convulsionar os próprios Estados Unidos... para o advento da confraternização humana, uma confraternização sem fronteiras e sem totalitários, num mesmo clima de liberdade de pensamento e dignidade humana. Vi-o negar-se um dia a colaborar para a formação de um banco, do qual passaria a diretor quando voltasse ao Brasil, porque já não admitia o particular comercial e o dinheiro, mercadoria de exploração privativa do Estado. Nas nossas discussões, a sua doutrina de inteligente tolerância, mas firme no princípio de sacrifício de tradicionais direitos individuais pelos interesses coletivos... O grande homem que o Brasil necessitava ali estava maduro para a ação, temperado pela luta horrorosa que travava pelos quatro cantos do mundo... Chegou mesmo a redigir um programa político, cujas ideias

(39) cf. cópia ibidem
(40) Duarte, Paulo — Prisão, Exílio, Luta, Zélio Valverde, Rio, 1946, p. 151 e seqs.
(41) Oliveira, A. Salles — op. cit. p. 23
(42) carta de Herbert Levy a Armando, 21/5/1939, arquivo cit.
(43) cf. depoimento de Júlio S. Oliveira, cit.

avançadas foram alarmar a pasmeira ideológica dos antigos chefes do Partido Constitucionalista”. (44)

(44) “O Estado de S. Paulo”, 14/5/1947

Vou à minha Pátria lutar pela democracia

A morte prematura de Armando de Salles Oliveira seria um dos traços mais trágicos de sua dramática existência. Corroído pelos tormentos do exílio, com a saúde combalida, ele faleceria no momento exato em que a derrota do totalitarismo nazi-fascista fazia ruir a ditadura do Estado Novo, ao mesmo tempo em que se abriam, em todo o mundo, os caminhos para profundas transformações democráticas.

O alinhamento do Brasil ao lado dos Aliados revelara a monstruosa contradição de se lutar contra ditaduras na Europa e sustentar uma delas em casa. Desde 1943, o movimento antifascista e contra o Estado Novo crescia no País. Fatos como o Manifesto dos Mineiros, as manifestações de estudantes, a entrevista de José Américo, eram sintomas de um sentimento bem mais profundo que a população vivia.

Armando acompanhava atentamente os novos rumos. Em 10 de dezembro de 1943, publicou em Buenos Aires uma carta aos brasileiros, em que dizia: “Aproxima-se a hora dos embates finais em que o nazismo vai sucumbir. A medida que cresce o esforço militar das nações que o vão destruir, avolumam-se entre elas as vozes dos que querem fazer ouvir seus anseios por uma era de mais justiça entre os homens... No Brasil, a ordem do alto é mais uma vez o silêncio, mas os corações estão prestes a explodir, para gritar suas esperanças e comungar sem reservas naqueles votos de outros povos. Não há de tardar em decidir-se esse debate entre a opressão e a consciência livre do nosso povo.” (45). De Buenos Aires, ele escreveu várias outras cartas e discursos, preparando-se para verter o seu enriquecimento intelectual e as longas meditações do exílio em diretrizes e programas.

Ao mesmo tempo, procurava articular-se com a oposição crescente à ditadura. Desde 1942, estabelecera contatos indiretos com Eduardo Gomes, quando de sua estada em Washington, procurando atraí-lo para a causa democrática, aproveitando-se de suas divergências com Góis Monteiro. (46) Mais tarde, em contato com o Brigadeiro na capital argentina, em 1944, este lhe manifestara a intenção de depor Getúlio através de um golpe e convocar eleições. Na ocasião, Armando fez uma observação penetrante: não adiantava derrubar Vargas sem demolir a sua bem-enraizada máquina política, pois senão logo ele estaria de volta. (47)

A doença começou a corroer o seu organismo, outrora forte e saudável, manifestando-se gravemente em 1944. Diagnosticado um tumor cancerígeno no estômago, ele se submeteu a uma delicada intervenção cirúrgica executada pelo Dr. Finocchietto, de Buenos Aires, à qual assistiram médicos amigos seus, como o paulista Ayres Netto, da Faculdade de Medicina da USP. Recuperado, Armando chegou a viajar para o Uruguai, para estabelecer contatos com elementos da nascente União Democrática Nacional, ao lado de Paulo Nogueira Filho.

Entretanto, em março de 1945 a doença se manifestou novamente, desta vez no pâncreas. Consciente da gravidade de seu mal, Armando queria no entanto voltar ao Brasil. A ditadura começava a dar seus últimos estertores, e Vargas fora obrigado a marcar eleições presidenciais para dezembro, além de conceder anistia à grande maioria dos presos políticos e exilados. Mas o moribundo Estado Novo temia Salles Oliveira. Sabia que seu nome tinha, nas várias correntes oposicionistas, tanta ou mais repercussão que os de Eduardo Gomes, Otávio Mangabeira, Luis Carlos Prestes ou Virgílio de Mello Franco, e relutava em retirar a condenação arbitrária que ele sofrera à revelia por escrever o “Diagrama de Uma Situação Política”, permitindo-lhe voltar ao Brasil.

Mas Armando não desistia, confiando em amigos como Júlio de Mesquita Filho, Carlota Pereira de Queiroz, Waldemar Ferreira, Antônio Carlos de Abreu Sodré, Herbert Levy, e tentou outros que, no Brasil, batalhavam por sua volta, aqueles mesmos que nunca o haviam abandonado. Finalmente, nos primeiros dias de abril, o Supremo Tribunal Federal anulou a condenação de Armando, que poderia voltar.

Voltar, porém, não para os comícios e batalhas políticas que preparara, não para os aplausos vibrantes das massas que sonhara conduzir na amargura do exílio. E sim para um quarto de hospital. Não era essa sua intenção: momentos antes de partir, ainda declarou aos repórteres no aeroporto da capital argentina: “Vou à minha pátria pela democracia e pelas inquietudes sociais de meu povo. O destino de minha viagem é São Paulo, minha terra natal, onde me porci incondicionalmente a serviço de meu partido e de meus amigos e companheiros de ideais. Vou lutar com todas as forças de meu coração e de meu espírito e com este programa não me darei tréguas.” (48)

A persistência do câncer, roendo-lhe as entranhas, frustrou seus esforços de gigante. Quando desembarcou em Congonhas, no dia 7 de abril, a multidão que o aplaudia logo percebeu que o insigne paulista teria pouco tempo de vida. Vestia grosso sobretudo, trazia a cabeça coberta, acusava magreza extrema, o belo colorido da face havia desaparecido. O rosto pálido, de tom colérico, icterício, denunciava o mal irremediável de que estava atacado... Sorriu e acenou para todos... e foi, lentamente e com dificuldade, amparado pela sua esposa, e por sua médica e amiga Dra. Carlota Pereira de Queiroz, descendo as escadas do avião. (49) Foi transportado para o Hospital Boa Esperança, no Morro dos Ingleses, sofrendo ainda a última humilhação de uma vigilância policial à sua porta. Poucos dias depois, a 17 de maio de 1945, cercado de inúmeros correligionários e amigos, faleceu.

Seu amigo e companheiro de lutas Paulo Duarte, que ainda se encontrava no exílio, escreveu sobre seus últimos momentos:

“Pelos janelas daquele quarto de hospital entrava o sol paulista daquela manhã de maio, fria para mim do inverno da França, fria para ele no inverno da morte... Aqui dentro do quarto, a morte de tocaia. Aos seus ouvidos, já confusos pela intoxicação, chegavam ainda os gemidos dos torturados ainda nas prisões e a revolta surda dos homens livres esperando, com desespero, o seu Messias agonizante. E ele, na atitude conformada e dolorosa da inteligência vencida, adivinhava que o coração cessaria dentro em pouco de bater. Olhos no pedaço de céu que a janela exhibe numa luz de escândalo, Armando de Salles Oliveira contempla a meta ao longo que foi objeto das aspirações de toda a sua vida e que não lhe era permitido alcançar. Como Moisés, ele ia, em breve, descer à sepultura, deixando uma obra inacabada... Ansiando também pelo cume de Nebo, aquela manhã, o grande paulista lançava um derradeiro olhar ao longo sobre a terra prometida, que ele não alcançara.”

(45) op. cit. pg. 147
(46) carta de Herbert Levy a Armando, 17/4/1942, arquivo cit.
(47) cf. depoimento de Lucilla Salles Oliveira Teixeira de Barros, entrevista pessoal concedida ao autor.
(48) despacho da agência ANA, Buenos Aires, 6/4/1945, arquivo cit.
(49) Silva, A. C. Pacheco — op. cit. pg. 166

Ricardo Maranhão

A Campanha Contra o Golpe

As se iniciar o ano de 1937, a maioria dos líderes políticos brasileiros não ignorava que se estava preparando um golpe de Estado. Nem que dos preparativos não estava a própria presidência da República, ou a alta chefia das Forças Armadas. Esta, desde dezembro de 1935, logo após a "Intentona Comunista", manifestara em reunião do Alto Comando, pela voz dos generais Eurico Dutra e Góis Monteiro, a disposição de desencadear um golpe, dada a suposta fraqueza do regime constitucional diante do comunismo. Sabiam também governadores de Estado como o gaúcho Flores da Cunha, segundo o qual desde 1935 o presidente Getúlio Vargas lhe manifestara disposição de continuar na chefia da República, além do período constitucional. Sabia finalmente, talvez mais do que ninguém, o candidato presidencial Armando de Salles Oliveira, a quem Getúlio propusera pessoalmente, em dezembro de 1936, a prorrogar os mandatos do presidente e dos principais governadores, e o consequente adiamento das eleições presidenciais de 3 de janeiro de 1938.

Mesmo sabendo da conspiração golpista, porém, Armando de Salles Oliveira, não desistira de sua luta eleitoral, até os últimos momentos anteriores ao golpe de 10 de novembro de 1937. Sua luta tornou-se uma vigorosa campanha pela preservação do regime democrático, numa última tentativa de impedir, na praça pública, a vitória das articulações golpistas. Membro da diretoria do *O Estado de S. Paulo*, sua campanha foi também uma das mais vibrantes a que se dedicou o jornal, apesar das restrições da censura e do arbítrio da polícia de Vargas, que já denunciavam os dias sombrios da ditadura do Estado Novo.

A candidatura de Armando de Salles Oliveira, apoiada pelas situações dominantes em São Paulo e Rio Grande do Sul, e por grupos importantes da Bahia, Rio de Janeiro e outros Estados, foi derrotada. Mas não pela força do voto. Foi esmagada pela força das armas, guiadas pelo crescente autoritarismo antidemocrático, e pelas contradições das elites políticas brasileiras. Elites que, depois da Revolução de 1930, foram incapazes de levar adiante um projeto político compatível com a emergência de novas forças, algumas delas populares, no cenário nacional; e que, temerosas das novas situações, acabaram entregando, a Getúlio e a certos chefes militares, os instrumentos para a sufocação da liberdade e para seu próprio desaparecimento político.

De 1934 cada pequeno grupo de poder organizava-se em agremiações partidárias, existentes às centenas e de curta duração. O interessante é que tais "partidos", refletindo o estigma da República Velha que passava sobre as cabeças da elite política, jamais ultrapassavam o âmbito estadual.

A candidatura paulista foi apoiada, nos primeiros meses de 1937, pelo Partido Democrático da Bahia, chefiado pelo liberal Otávio Mangabeira; pelo Partido Progressista Democrático, de Minas, criado por Antônio Carlos, como pelo Partido Republicano Mineiro e pelo grupo de Artur Bernardes; pela Aliança Autonomista Fluminense, de Prado Kelly; pela Frente única Paranaense; no Nordeste, pelo Partido Progressista de Alagoas e pelos Partidos Social-Democráticos do Ceará e de Sergipe, entre outros.

No Rio Grande do Sul, Flóres da Cunha contava com uma crescente oposição interna, à medida que se afastava de Getúlio. Mas, favorável a Armando, conseguiu que o seu Partido Republicano Liberal o apoiasse, dando à escolha um significado nitidamente antigolpe: "os Rio-Grandenses sempre tiveram repugnância e ojeriza ao arbítrio e à prepotência... Foi por isso que, apreciando devidamente o panorama nacional, não tive dificuldade em propor à aprovação dos meus correligionários o nome ilustre e brilhante do Dr. Armando de Salles Oliveira...". Destacava o Estado em sua primeira página (2). O Partido Republicano Rio-grandense de Borges de Medeiros e o Partido Libertador de Assis Brasil não o apoiaram, mas alguns chefes esparsos desses grupos concordaram com Flóres, o apoio a Armando afigurava-se extremamente importante, principalmente a partir de março de 1937. Tendo rompido com Vargas, este agora lhe exigia de volta a grande quantidade de armamentos entregues à Brigada Militar Gaúcha, de sua confiança, por ocasião da Revolução de 1932; além disso, exigia, através do Alto Comando do Exército, que Flóres desarmasse os seus corpos para-militares, denominados "provisórios", ao mesmo tempo que se prefigurava uma intervenção federal no Rio Grande do Sul. Nos seus cálculos, uma candidatura presidencial poderosa, com seu apoio, de grande repercussão popular, frustraria os planos de Vargas.

Tensão e recuo do poder

A tensa expectativa da liderança gaúcha reproduzia-se em outros Estados. Vargas retomava a prática da República Velha, de intervir, nos governos das unidades da federação, segundo dissensões políticas. Primeiro foi a intervenção na prefeitura do Distrito Federal, em 1936, pela acusação ao prefeito Pedro Ernesto de participar dos planos da "Intentona Comunista". Em março de 1937, foi a vez do Estado de Mato Grosso, onde o governador eleito mesmo não era o agrado do "hauptsturmführer" fascista, originário de Mato Grosso, o chefe de polícia Felinto Müller. Ameaçava-se constantemente o chefe do Executivo pernambucano, Carlos de Lima Cavalcanti, apontado como suspeito de "conivência com os comunistas da ANL".

Desde um ano antes, alguns liberais mais iludidos pressentiam a situação, e o aproveitamento que se podia fazer da "ameaça vermelha". Virgílio de Mello Franco advertiu em maio de 1936: "O Governo já começa a ser vítima daquela delação mercenária, que transforma cada habitação em um cárcere, que enche as prisões de inocentes... Já a imprensa mercenária ou faciosa, chefiada pelos Chateaubriand e J. E. Macedo Soares, levanta bem alto a voz do exterminio, como se na redação dos jornais funcionassem os tribunais de sangue. Para aqueles e outros cristãos novos, todos os membros da oposição já foram excomungados e devem ser sujeitos, se se movem, a vexames, se agem à censura, se permanecem em suas casas, à espionagem e se procuram defender os companheiros, à inculpação..." (3).

Muitos chefes políticos, liberais ou não, começavam em 1937 a sofrer na carne o erro de apoiar as medidas excepcionais de Vargas, sem discussão. Em março de 1937, o governo pediu à Câmara a prorrogação do "Estado de Guerra" por mais 90 dias. Os paulistas chegaram a mudar um pouco de atitude, considerando que bastavam 30 dias, e procurando mostrar que não apoiavam a medida de maneira submissa, sem concessões. Mas acabaram cedendo diante do fato de o próprio Flóres apoiá-la. Não deram ouvidos a Otávio Mangabeira, que, pedindo a São Paulo e ao Rio Grande do Sul que lutassem "contra a situação de ditadura em que o sr. Getúlio Vargas se quer manter no Brasil", concluiu que "se a Câmara conceder mais uma vez a prorrogação do estado de guerra melhor será que se dissolva..."

Lindolfo Collor, partidário de Flóres, percebeu melhor que este o perigo da situação. Presentando no mesmo mês de março a intervenção armada iminente em seu Estado, o gaúcho, ex-ministro de Vargas, acenou para os paulistas com a necessidade de resistir a ações do gênero, que poderiam atingir também São Paulo. Em conversa com Henrique Bayma, ele insistiu: "Se houver uma intervenção em São Paulo em consequência de um julgado faccioso? Vocês resistem?" (4).

Getúlio, entretanto, não tomou de imediato a ofensiva. Enquanto se desenvolviam os planos golpistas, preferiu tomar iniciativas legais, de maneira defensiva, diante do fato consumado da candidatura paulista. Mantendo as ameaças de intervenção em Pernambuco e Rio Grande como espada de Dâmocles contra seus respectivos governantes, passou a elaborar uma candidatura oficial da união nacional, tarefa confiada a Benedito Valadares. Desde abril, vinha-se apontando nas hostes oficiais o nome de José Américo de Almeida, escritor e político paraibano, autor de romances de cunho social como "A Bagaceira". Em 25 de maio, dez dias depois da convenção oficial de lançamento da candidatura de Armando, Valadares usava os favores governamentais para reunir uma grande convenção, no Palácio Monroe, que lançou a candidatura do escritor.

O candidato oficial surgia com um apoio que parecia um verdadeiro "rôlo compressor" destinado a frustrar os paulistas. Tentando caracterizar Salles Oliveira como um "candidato regional", José Américo se apresentava como "nacional", com o apoio de dezessete governadores. Em alguns Estados, situação e oposição mandaram adeptos à convenção oficial: do Ceará, por exemplo, vieram tanto a Loderos e Liga Eleitoral Católica, situacionista, quanto o Partido Social Democrático, opositorista. Paraíba, Alagoas e Sergipe fizeram o mesmo, bem como o Espírito Santo. Dos quatro governadores que não apoiaram expressamente o candidato oficial, dois deles se chamaram: Juracy Magalhães, da Bahia, que se mantinha numa atitude ambígua, e Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco, temeroso das represálias oficiais. Finalmente, trinta e nove pequenos partidos estaduais mandaram representantes. (5)

Entretanto, o apoio ao paraibano parecia ser mais "de fachada" que efetivo. Getúlio, que continuava querendo evitar as eleições tomou, logo após a Convenção, uma nova atitude defensiva: disse a José Américo que procurasse dissuadir o candidato paulista de concorrer. O escritor chamou um emissário e ordenou: "Vocês vai hoje a São Paulo e faz ao Armando esta proposta em meu nome: ele desista da candidatura passando a me apoiar. Eu o nomeio Ministro da Fazenda e tomo o compromisso de fazer com os meus elementos um candidato constitucionalista ao governo de São Paulo. Ele sabe bem o que é o Brasil de hoje. Um presidente tem diante de si uma imensa tarefa de coordenação de vontade. Assentaremos juntos um programa de renovação para o Brasil. Este programa será ele quem o houverá de realizar. Eu ficarei na presidência para acomodar o mundo político suscetível, a fim de que ele tenha meio calmo para trabalhar." Armando Salles respondeu, incisivo, à proposta: "A minha candidatura não admite discussão. Vamos solidinhos nem que seja com o eleitorado do Bom Retiro" (6).

Alguns meses depois, em setembro, Getúlio admitia diante do Marechal Eurico Gaspar Dutra (7) que "a candidatura de José Américo entrava em franca decomposição, e assim, podia se considerar certa a vitória de Armando Salles". "Mudança de regime". Por seu turno Armando continuava a lutar.

Campanha nas ruas

Não é difícil avaliar as dificuldades da campanha eleitoral de Armando Salles e do seu partido. Basta olhar para a primeira página de *O Estado de S. Paulo* de 16 de maio de 1937, que noticiava amplamente o lançamento oficial do movimento, em convenção do Partido Constitucionalista; a página está inteiramente censurada. As arbitrariedades eram tão visíveis, que um funcionário da polícia do Distrito Federal, em relatório reservado aos seus superiores, chegava a estranhar a ambiguidade de critérios da censura em São Paulo, "onde podem ser publicadas nos outros jornais notícias proibidas no Estado..." (8).

Desde dezembro de 1936, Armando se desincumbia para a eleição, afastando-se do cargo de governador, entregue ao seu companheiro indicado, Cardoso de Melo Neto. Na convenção de 15 de maio, representantes constitucionalistas de praticamente todos os municípios paulistas ratificaram oficialmente seu nome.

Perante cerca de três mil pessoas que lotavam o antigo Cassino Antártica, no Anhangabaú, ele iniciou a série de comícios em que, valendo-se de uma oratória vibrante, empolgou grande número de pessoas com sua pregação contra o golpe. Como em muitos discursos posteriores, defendeu um ponto de vista otimista quanto à realização de eleições, embora lembrasse do perigo que sobre elas pairava: "Não acreditamos, a despeito de alguns rumores alarmantes, que vinguem intenções de adiar o pleito ou de frustrar o exercício de um direito fundamental do povo... A atmosfera fúnebre, que um oportunismo sem entranhas, de cirios na mão, procura criar para o nosso regime, nós a desfaremos com as rajadas salubres de uma campanha patriótica..." (9).

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, Vivaldo Coaracy preparava o movimento em âmbito nacional, às voltas com as defesas e acusações feitas pelos jornais. Poucos órgãos de imprensa carioca apoiavam Armando, que tinha violentos críticos no *Imparcial* e na *Gazeta de Notícias*. Quanto ao *Globo*, atacava severamente o candidato mas mantinha-se aberto a entendimentos. O jornalista de São Paulo, em várias cartas ao seu líder, narra os vaivéns da imprensa venal, casos de chantagem, e as necessárias negociações para "garantir apoio" a alguns órgãos e agências de notícias.

Em junho, foi possível às várias forças favoráveis a Armando Salles reunir-se em escala nacional, no Rio. Sob a liderança de homens como Otávio Mangabeira, Artur Bernardes, Antônio Carlos, Waldemar Ferreira e João Carlos Machado, foi criada a *União Democrática Brasileira* (UDB). Nesse mês, as forças golpistas pareciam recuar momentaneamente: ficou suspensa a intervenção no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, e o Exército suspendeu momentaneamente seu pedido para que Flóres da Cunha entregasse as armas da Brigada Militar e desarmasse seus "provisórios".

Mas vários políticos governistas falavam na necessidade de modificar dispositivos legais para permitir que a maioria situacionista fosse mais estável e permanente. No encerramento do congresso da UDB, Armando comentou o perigo que isso representava: "A necessidade de dar consistência à maioria obrigará o governo a lançar mão de medidas que tornem difícil, senão impossível, a propagação por métodos honestos dos nossos ideais e da nossa causa. (10) Mesmo assim, ele seguiu adiante, promovendo uma concentração popular no estádio do América F.C., em 16 de julho.

Era a primeira vez que falava em um grande comício popular fora de São Paulo. Alto e magro, seu porte e sua voz vigorosa impressionaram bem a vasta platéia, com um discurso bastante moderado ainda, marcado pela preocupação de defesa da legalidade: "a lei eleitoral vai passar pela prova decisiva. Respeitada, será a chave para a restauração do prestígio do Estado..." (11).

Em todo o período de vigência da Carta de 1934, as várias forças políticas, de todos os matizes, dirigiam apelos às Forças Armadas. O candidato paulista não fugia à regra, insistindo sempre na necessidade de reequipamento das tropas, no aperfeiçoamento da instituição militar, e na manutenção desta com garantia da Constituição. Esta última perspectiva, refletindo o ponto de vista liberal, ressoava pouco em um exército completamente tomado pela política e pela agitação das facções. Ao longo das semanas da campanha, Armando intensificou seus apelos aos militares, cada vez mais veementes, não percebendo que dessa forma reforçava exatamente a posição dos que defendiam o golpe, como intervenção "saneadora" dos quartéis na vida civil.

A campanha e a questão social

Trazendo as massas populares urbanas para o cenário político brasileiro, a Revolução de 1930 havia superado definitivamente a concepção das elites da República Velha, de que "a questão social" era "um caso de polícia", exigindo dos novos grupos dirigentes uma atitude inovadora e regulamentadora das relações de trabalho. Entretanto, a maioria dos membros das novas elites mostravam-se incapazes de compreender em profundidade a nova situação, mantendo-se alheias aos problemas da classe

operária. Enquanto Getúlio Vargas ampliava seu prestígio fazendo concessões ao operariado, seus adversários quase nunca percebiam a necessidade de oferecer um projeto alternativo de incorporação dessa classe ao sistema político.

Embora Armando Salles, em alguns de seus discursos, manipulasse um ponto de vista até certo ponto mais "moderno" diante da questão das relações de trabalho, o grupo político que o cercava não conseguia ir muito além das velhas concepções no tocante à participação política e social do operariado. O líder sindical gaúcho Bruno Lima, opositor a Getúlio mas descomprometido com os demais partidos, tentou aproximar-se de Armando e da UDB. Desde maio, ele escrevia a Antônio Mendonça, representante dessa corrente, dando conta de que aquela candidatura despertava "simpatias entre os trabalhadores, sobretudo pelas reiteradas declarações... a favor da democracia e contra o fascismo." Apontava para o apoio do jornal gaúcho *A Voz do Povo*, que segundo ele refletia "o pensamento das classes proletárias". Mas condicionava esse apoio a que Armando "tornasse públicas as suas tendências sociais-democráticas e abordasse as interessantes questões que dizem respeito ao proletariado em face da democracia, e à necessidade que tem os governos verdadeiramente democráticos... de melhorar a sorte dos trabalhadores." Concluiu afirmando que "o proletariado, com o voto secreto e o despertar de consciência dos trabalhadores, pode ser o elemento decisivo na próxima campanha..." (12).

José Américo usava, com alguma esperteza, os problemas operários como elemento de proselitismo, insistindo no apoio às leis sociais favoráveis à classe operária. Quando Armando foi ao Rio Grande do Sul, visitou entre outras a cidade de Rio Grande, indo até à União Operária local, e no seu discurso fez diversas alusões aos problemas da classe e à necessidade de resolvê-los; mas o líder Bruno Lima não se satisfiz. Em carta do início de outubro, exigia uma definição programática da UDB em relação a uma série de pontos de interesse dos trabalhadores. Para ele, sendo a UDB uma "frente", poderia atrair os operários hostis ao fascismo, mas que não se sentiam identificados com o Partido Constitucionalista.

Armando respondeu à carta, ponto por ponto. Manifestou discordância da proposta de que os sindicatos fossem independentes do Ministério do Trabalho, "para impedir que eles se transformem em focos de perturbação do trabalho ou se desviem de suas finalidades". Mas sabia o líder paulista o quanto Getúlio se valeria desse controle autoritário do Ministério sobre os sindicatos, para combater os liberais.

A campanha no Rio Grande do Sul foi um dos pontos altos do movimento antigolpe. O seu líder cresceu muito em popularidade, em agosto, realizando comícios em Juiz de Fora e Belo Horizonte, repetindo seu "slogan": "Para que o Brasil continue". No mês de setembro, a tensão política voltou a aumentar, com novas agitações e boatos golpistas nos quartéis. O general Daltrio Filho, homem de confiança de Dutra e Getúlio, inimigo de Armando concentrando tropas na fronteira do Rio Grande do Sul, ameaçando intervir contra Flóres da Cunha. Diante disso, Salles Oliveira, resolveu levar a campanha ao Estado sulino, em um claro desafio ao presidente.

O próprio Flóres o teria advertido indiretamente dos riscos: "Esse rapaz não tem informação política exata da situação no Rio Grande, onde as guarnições do Exército já estão preparadas para a minha deposição." (13) Mas seus comícios, de 11 a 22 de setembro, foram extremamente concorridos e vibrantes. Houve três deles em Porto Alegre, e mais três em Santa Maria, Rio Grande e Montenegro. Em todos, Armando procurava convencer os partidários de Flóres da possibilidade de resistir, através das urnas, ao golpe que se esperava, ao mesmo tempo que tomava muitas palavras para reiterar seus apelos aos militares: "O exercício das funções do Exército, na sua vida profissional... requer o tempo integral dos militares, que não podem, por isso, repartir o tempo com outras preocupações..." "O Exército deve permanecer acima das lutas dos partidos..."

A caminho do desfecho

O êxito de Armando de Salles Oliveira no Rio Grande do Sul convenceu os golpistas da necessidade de precipitar os acontecimentos. No dia 22 de setembro, os jornais publicavam o "Plano Cohen", suposto plano de ação revolucionária comunista, que aterrorizava os leitores com perspectivas de assassinios em massa, anarquia e derrocada do regime, na época imputado ao então capitão Olímpio Mourão Filho, membro da polícia particular da Ação Integralista. O gen. Góis Monteiro, com a concordância de Alto Comando e do Ministro da Guerra Dutra, apresentou o texto ao público como um "plano comunista capturado pelo serviço secreto do Estado Maior". Diante da mistificação, criou-se um clima favorável a que Vargas solicitasse ao Congresso um novo "Estado de Guerra", para combater a substa ameaça.

A Câmara debateu o projeto na tarde de 1º de outubro. Liderada por Otávio Mangabeira, a oposição pôs em dúvida a autenticidade do "Cohen", denunciando a manobra presidencial para conseguir poderes excepcionais. Waldemar Ferreira, líder da bancada paulista, afirmou: "não há, nos documentos trazidos ao conhecimento da Casa, um só elemento de conivência." (14) Mas o clima de pressões militares aterrorizava a maioria dos deputados, mesmo que esses tivessem, como quase toda a opinião pública, bastante desconfiança da realidade do "Plano". Posto em votação o Estado de guerra, toda a UDB votou contra, acompanhada de uns poucos que não pertenciam ao bloco, totalizando 52 votos. O projeto foi aprovado por 138 deputados. Os golpistas retomavam a ofensiva.

Imediatamente, o governo criou uma Comissão Executiva do Estado de Guerra, que passou a tomar providências: prisão à menor suspeita; organização de colônias agrícolas para "reeducação moral e cívica"; organização de campos de concentração militares destinados a receber "os jovens que se tenham transviado de seus deveres cívicos"; designação de uma ilha como presidio para os chefes comunistas; organização de comissões destinadas a incentivar nas escolas uma propaganda sistemática contra o comunismo, etc.

Logo ficou claro contra que "comunistas" se dirigia a medida excepcional: a execução do Estado de Guerra ficou a cargo dos governadores de Estado, menos na Bahia, Pernambuco e São Paulo. No Rio Grande do Sul, não foi sequer necessário marginalizar Flóres da Cunha; as pressões de gal. Daltrio Filho, cercando os principais cidadãos gaúchos com suas tropas, obrigaram o governador a renunciar em 17 de outubro, refugiando-se em Montevideu.

Não havia a menor condição para continuar a campanha eleitoral. Armando Salles, passando a residir no Rio de Janeiro, à Avenida Nossa Senhora de Copacabana, fazia contatos com os mais diversos setores políticos, tentando uma solução. Vigiado constantemente pela polícia política, reuniu-se inúmeras vezes com

os líderes da UDB, procurando também entrar em contato com José Américo, igualmente prejudicado pela situação.

Enquanto isso, Vargas, Dutra e Góis davam os últimos retoques no plano de destruição final da democracia. Desde setembro, se haviam aproximado dos integralistas, garantindo o apoio de Plínio Salgado para a criação de um Estado autoritário em moldes vazados no fascismo. Em Minas Gerais, Benedito Valadares garantiu o apoio de setores políticos situacionistas ao golpe, enquanto seu partidário, o jurista Francisco Campos, redigia um arremedo de Carta Constitucional para o novo estado, calçada na constituição fascista da Polónia. (daí seu posterior apelido, "A Polaca").

No final de outubro, Negrão de Lima foi incumbido pelo governo de assegurar o apoio dos governadores do Norte e Nordeste ao golpe. Viajando secretamente, ele conseguiu a adesão de todos, só não articulando Juracy Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti.

Os acontecimentos precipitaram no dia 5 de novembro, quando o *Correio da Manhã* noticiou a existência de rumores sobre suspensão das eleições de 3 de janeiro e a mudança da Constituição. Sentindo a iminência do golpe, Armando Salles resolveu fazer uma última tentativa, reunindo os líderes da oposição para redigir um manifesto aos chefes militares. Num ambiente extremamente carregado, vieram à casa da Av. Nossa Senhora de Copacabana, na tarde de 8 de novembro, Artur Bernardes, Antônio Carlos, Waldemar Ferreira, Otávio Mangabeira, Sampaio Correia, João Carlos Machado, Prado Kelly, Piza Sobrinho e muitos outros. Rui Bloem fez em 1957 um notável depoimento sobre a reunião:

"Armando de Salles convocara-os (os líderes oposicionistas) para lhes dar conhecimento da carta que resolveria dirigir aos chefes militares do Brasil... Ao ler, em voz alta, o documento que elaborara nessa manhã, e ao submetê-lo, ainda no original escrito a lápis, aos seus companheiros políticos, o candidato de oposição à Presidência da República conservava a firmeza e a serenidade... Sentado à sua mesa de trabalho e cercado daqueles homens graves e atentos, a sua voz só denunciava a emoção que o dominava, no momento em que, logo no início da carta, fazia aos chefes militares do Brasil esta advertência que não tardaria a ter confirmação: "Se alguma força poderosa não intervier a tempo de impedir que se cumpram os maus pressentimentos que hoje anuviam a alma brasileira, um golpe terrível sacudirá de repente a nação, abalando os seus fundamentos até às últimas camadas e mutilando cruelmente suas feições". O documento... era um apelo à consciência dos chefes militares, não só como soldados, mas sobretudo como cidadãos. Incisivo, alertava-os: "Está em marcha a execução de um plano longamente preparado, que um pequeno grupo de homens, tão pequeno que se pode contar nos dedos de uma só mão, ideou para escravizar o Brasil"... "A subversão das instituições brasileiras está sendo realizada no alto, com todas as armas de que dispõe o poder".

“Os acontecimentos se precipitaram no dia 5 de novembro, quando o ‘Correio da Manhã’ noticiou a existência de rumores sobre a suspensão das eleições de 3 de janeiro e a mudança da Constituição. Sentindo a iminência do golpe, Armando Salles resolveu fazer uma última tentativa reunindo os líderes da oposição para redigir um manifesto aos chefes militares”.

"Durante a leitura, chegou à sala, vindo da rua, um rufar de tambores: eram os integralistas que faziam mais uma vez, como nos últimos dias, uma passadeira pela calçada da fronteira à residência de Armando de Salles, numa ostensiva provocação. A eles, aliás, expressamente se referia a carta aos chefes militares: "Pelas ruas do Rio de Janeiro já passam tambores que anunciam o fim próximo do regime." O documento, ouvido em silêncio, enervava-se com um apelo vibrante: "A nação está voltada para os seus chefes militares: suspensa, espera o gesto que mata ou a palavra que salva..." Em nome dos patriotas civis, pelos quais falava com inteira autoridade, Armando de Salles penetrava, sozinho, na jaula dos leões." (15)

A impossibilidade de publicar o documento, devido à censura, fez com que seus partidários tirassem dele inúmeras cópias, distribuindo entre políticos de todo o Brasil. No dia 9, João Carlos Machado leu da tribuna da Câmara dos Deputados, enquanto o paulista Paulo de Moraes Barros lia-o no Senado.

Marcado o golpe para o dia 15, seus autores resolveram apressá-lo. Na manhã do dia 10 de novembro de 1937, o "Diário Oficial" publicava a "Polaca" e fechava toda as instituições representativas. Armando Salles foi preso, junto a milhares de outros oposicionistas. O Brasil mergulhava no "Estado Novo": o ruído dos comícios seria substituído pelo silêncio das prisões e da censura, pelas torturas e pelo terror policial. Armando Salles depois de confinado em Morro Velho seria mandado para o exílio, onde continuaria sua luta, até à morte em 1945.

(1) cf. "Diário de São Paulo", 4/12/1960

(2) "O Estado de S. Paulo", 25/5/1937

(3) carta de 11/5/1936 a Getúlio Vargas, arquivo de Getúlio Vargas.

(4) cf. carta de Henrique Bayma a Armando de Salles, arquivo de Armando de Salles Oliveira.

(5) cf. "O Estado de S. Paulo", 26/5/1937

(6) "Diário de São Paulo", 4/12/1960

(7) entrevista, setembro de 1959, in Silva, Helio, "1937-Todos os Golpes se parecem", ed. Civilização, Rio, 1970, pg. 391

(8) arquivo de Armando de Salles Oliveira, em poder de Paulo Duarte

(9) "O Estado de S. Paulo", 16/5/1937

(10) Oliveira, Armando de Salles - Para que o Brasil continue, José Olímpio, Rio, 1937, pg. 21

(11) "O Estado de S. Paulo", 17 de julho de 1937

(12) carta a Antônio Mendonça, 11/5/1937, arquivo de A.S. Oliveira

(13) "Diário de S. Paulo", loc. cit.

(14) Silva, Helio, op. cit. pg. 382

(15) "Folha da Noite", São Paulo, 8/11/1957

A Universidade de São Paulo

Neste trabalho do professor ANTONIO SOARES AMORA são apresentados os princípios que nortearam a fundação da Universidade de São Paulo, os objetivos da nova instituição, as faculdades e institutos que a compõem e as perspectivas abertas para o ensino e a pesquisa no País.

Introdução

No ano em que o jornal "O Estado de São Paulo" completa seu centenário e, assinalando o jubileu, rememora os acontecimentos e as realizações a que direta ou indiretamente esteve ligado, não se poderia deixar de pôr em evidência a fundação da Universidade de São Paulo, pois esta instituição, hoje de prestígio internacional, se tornou uma das universidades administrativas de Armando de Salles Oliveira, teve em Julho de Mesquita Filho um dos principais promotores da ideia e, no seu jornal, "O Estado de São Paulo", o órgão da imprensa brasileira que decididamente contribuiu para criar uma opinião pública favorável à iniciativa.

A maioria dos autores que se ocuparam da fundação da Universidade de São Paulo — é o caso, por exemplo, do saudoso Professor Sousa Campos, reconhecida autoridade na matéria — julgou indispensável colocar o ato de Armando de Salles Oliveira numa ampla perspectiva histórica e, neste sentido, começaram por relatar a origem e a evolução mundial da instituição universitária; passaram, em seguida, a relatar as iniciativas que visaram a dar ao Brasil a sua universidade e, por fim, relatada a fundação da Universidade de São Paulo, definiram os termos em que esta instituição cresceu e, por força de várias circunstâncias, se distanciou de seu modelo inicial.

Não digo que não é importante, para se avaliar a significação do ato de Armando de Salles Oliveira, ter em conta tais fatos. O que diria é que, para essa avaliação, mais importante que vê-lo numa perspectiva histórica, é vê-lo em si. E esta é a razão por que, neste ensaio, limitar-me-ei a uma interpretação da letra e do espírito do referido ato, esperando poder tirar, dos dados dessa interpretação, elementos que nos permitam avaliar a significação da fundação da Universidade de São Paulo.

Os "considerandos" dos fundadores

Dentre os atos de que resultou a fundação da Universidade de São Paulo, o mais importante foi — escusava dizer — o decreto de sua criação (nº 6283), baixado em 25 de janeiro de 1934, por Armando de Salles Oliveira, Intendente Federal do Estado.

Os atos legislativos decorrem, sabidamente, de considerações sobre seus fundamentos doutrinários e a sua necessidade. No caso da criação da Universidade de São Paulo, Armando de Salles Oliveira e seus colaboradores fundaram-se nos seguintes considerandos:

1º considerandum: Uma universidade tem, num país, um papel não apenas cultural, mas também político. Tem papel cultural, porque promove a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística; tem papel político: a) porque promovendo a organização e o desenvolvimento da cultura, cria bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de seu povo; b) porque a universidade proporciona, a um país, os conhecimentos indispensáveis à formação da consciência de sua realidade e de seus destinos; c) porque forma, num país, a classe dirigente.

2º considerandum: Como o Estado de São Paulo havia atingido, com suas escolas superiores e seus institutos científicos e culturais, um alto nível de cultura, era oportuno e era necessário proporcionar, à sua população, um nível mais alto de pesquisa e ensino.

Tendo em mente estas considerações, Armando de Salles Oliveira e seus colaboradores devem ter visto, no ato de criação da USP, os seguintes significados:

1º) a criação da USP não era um ato administrativo aleatório, mas um ato que se impunha ao Governo por força da evolução da cultura do Estado de São Paulo;

2º) esse ato, sobre ser administrativo, tinha também um elevado sentido político, pois que a USP, além de organizar e multiplicar as potencialidades intelectuais, artísticas e científicas de São Paulo, ainda formaria, nas suas faculdades, particularmente as de Direito e de Ciências Econômicas e Comerciais, e nos seus cursos de Ciências Sociais, a classe dirigente do Estado.

Entendendo a criação da USP como um ato administrativo natural, seus fundadores jamais deixaram de reagir quando, ao longo destes últimos quarenta anos, o governo federal, governos estaduais e iniciativas privadas criaram no País universidades em meios em que não eram necessárias e, portanto, sem que tivessem condições de se implantarem e se desenvolverem como deviam.

Entendendo o sentido eminentemente político do ato de Armando de Salles Oliveira, os fundadores da USP mantiveram-se sempre vigilantes para que a idealizada interação Governo do Estado de São Paulo-Universidade de São Paulo não fosse obstada ou desvirtuada; e todas as vezes em que isso ocorreu, os fundadores da USP ou aqueles que continuaram sua obra, vieram a público para denunciar os responsáveis por tais atos. A crônica jornalística, particularmente as editoriais de "O Estado de São Paulo" e as do Conselho Universitário da USP e das congregações de suas faculdades documentam, abundantemente, o modo como, se defendem os ideais dos Fundadores da USP no que respeitava à interação Estado-Universidade.

Entendendo, finalmente, que a Universidade de São Paulo tinha de ser, na organização, nos cursos, na ação e no espírito, uma instituição específica e inconfundível com um grupo de faculdades e de institutos de pesquisa, os Fundadores da USP diligenciaram, durante anos, no sentido de que esta concepção fosse conscientizada por todos os integrantes da USP. O Título VII do decreto de criação da USP, "Do Espírito Universitário" diz bem claramente o que os Fundadores preconizaram neste sentido: "Para a criação de um ambiente e uma tradição, de espírito universitário, serão adotados meios de desenvolver o espírito de iniciativa, de trabalho e de pesquisa, a união e a solidariedade dos professores, auxiliares de ensino, e dos antigos e atuais alunos das diversas faculdades, escolas ou institutos, na defesa da eficiência e do prestígio das instituições universitárias."

A aproximação e o convívio dos professores e alunos das diversas faculdades, escolas e institutos, serão promovidos especialmente:

- pela proximidade dos edifícios e construção de vilas universitárias;
- pela centralização administrativa da Universidade, em tudo quanto respeite ao interesse comum;
- pela criação de cursos comuns, que atendam às necessidades de alunos de diferentes faculdades, escolas ou institutos;

- d) pelo regime de seminários, centro de debates e trabalho em cooperação;
- e) pela prática de atividades sociais em comum, pelos alunos das diferentes faculdades, escolas ou institutos;
- f) pela organização de sociedades e clubes universitários, de estudos, de jogos e de recreação;
- g) pela prática habitual de esportes, jogos atléticos e competições de que participem universitários das diferentes faculdades, escolas ou institutos."

Os fins da nova instituição

Definido, por Armando de Salles Oliveira e seus colaboradores o que entendiam como o papel político e cultural das universidades, estabeleceram-se os fins para que se criava a USP:

- promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida;
- formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
- realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.

Estabelecidos estes fins, três fatos deviam ficar evidentes para todas as pessoas:

- 1º) a USP, dada a especificidade de seus fins, não poderia ser confundida com as escolas superiores e os institutos científicos e culturais pré-existent no Estado, nem como o simples agrupamento deles;
- 2º) a USP, criando-se com a finalidade de fazer grandes universidades, não poderia fazer qualquer concessão a soluções de organização ou de ampliação que não estivessem de acordo com o modelo idealizado;
- 3º) a maior soma de esforços dos que teriam a responsabilidade de realizar a USP tinha de se concentrar na consecução dos seus fins, sobretudo no que neles era do específico caráter da nova instituição:

- dar prioridade à pesquisa pura;
- dar ênfase à formação de especialistas e técnicos, (sem, naturalmente, descuidar da formação de profissionais liberais);
- transmitir conhecimentos de alto nível, sem finalidade pragmática;
- realizar, pela difusão cultural, a elevação e a permanente atualização dos conhecimentos de todas as camadas da sociedade.

Como estes fatos, evidentes para os Fundadores da USP, não chegaram a ser tão evidentes para todas as pessoas, problemas de várias ordens surgiram na organização e no funcionamento da nova instituição:

- 1º) reiteradas vezes tiveram os dirigentes da USP de vencer dificuldades criadas pelo Governo estadual para concessão de verbas destinadas à pesquisa e a cursos de cultura desinteressada (casos de cursos de Filosofia e alguns cursos de Letras), pois nem sempre se compreendeu em que sentido tais pesquisas e tais cursos eram importantes para o progresso da cultura e para os créditos internacionais da USP;
- 2º) desde logo se encontrou, da parte de antigas faculdades, resistência às iniciativas que visavam a mudar sua organização e seus regimes de trabalho, para que fossem além da simples habilitação de profissionais, isto é, para que tivessem, como objetivos principais, preparar especialistas, sem os quais o Brasil jamais sairia da situação de dependente da cultura européia e americana;
- 3º) fácil também não foi, aos Fundadores da USP, realizar a sua desejada "obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes", pois o público demorou a compreender o que valia a oportunidade de ouvir, em conferências, especialistas de valor internacional, e algumas vezes foi preciso denunciar interesses políticos em programas de ação social da USP.

Faculdade e institutos de pesquisa que compõem a USP

Definida a ideia de universidade e estabelecidos os fins da USP, seus Fundadores passaram à composição da nova instituição. E, aqui, encontraram, de imediato, dois problemas:

- 1º) integrar ou não na USP todas as faculdades e todos os institutos existentes em São Paulo;
- 2º) no caso positivo, como modificar, como coordenar e como completar as atividades dessas instituições, tendo em conta os objetivos estabelecidos para a USP.

As soluções que o Decreto 6283 deu a estes problemas, se em teoria foram fáceis, na prática, foram, entretanto, de difícil efetivação:

Em teoria ficou estabelecido:

- 1º) que a Universidade de São Paulo se constituiria de todas as escolas superiores e de todos os institutos de ciência, tecnologia e cultura existentes no Estado;
- 2º) que as escolas superiores incorporadas seriam autônomas, umas em relação às outras, não apenas quanto à organização e ao currículo, mas também no que se referia à concessão de diplomas;
- 3º) que os institutos poderiam proporcionar, a título de colaboração com as faculdades, cursos de aperfeiçoamento e especialização, desde que o Conselho Universitário os aprovasse;
- 4º) que o elenco das escolas superiores incorporadas seria completado com a criação de mais três unidades de nível superior (a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, e a Escola de Belas Artes) e de uma de nível médio (o Curso Complementar).

Na prática, repito, estas soluções se concretizaram com muitas dificuldades. Em primeiro lugar, não foi fácil harmonizar, dadas as diferenças de objetivos com que tinham sido criadas, escolas (destinadas a formar profissionais de nível superior), com institutos (destinados à pesquisa e à prestação de serviços), sobretudo quando se tratava de distribuir recursos para o desenvolvimento dessas instituições. Em segundo lugar, não foi fácil integrar, numa unidade universitária, escolas que tinham sido criadas e tinham firmado seu prestígio como escolas independentes: donde resultou que, apesar da ação dos Fundadores, do tacto dos primeiros reitores e do espírito universitário de alguns professores que lideraram o Conselho Universitário, durante anos muitas escolas procuraram defender, o que entendiam como sua integridade e sua autonomia, mas que era, na verdade, um lamentável isolamento dentro da USP. Em terceiro lugar, não foi fácil organizar e fazer funcionar, de acordo com os ideais dos Fundadores, as novas unidades escolares.



Posse do primeiro reitor, professor Reinaldo Porchat

Uma nova faculdade: Filosofia, Ciências e Letras

Dentre as novas unidades de ensino criadas pelo Decreto 6283, para que a USP tivesse uma estrutura orgânica e pudesse, desde logo, cumprir todas as suas finalidades, a mais importante foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Embora o citado decreto não refira os fins da nova instituição de ensino e, portanto, sua função dentro da USP, podemos, por informações colhidas em diversas fontes, definir esses fins e essa função.

Como claramente diz Sousa Campos, na sua *História da Universidade de São Paulo* (pg. 425), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi criada para funcionar como um "núcleo indispensável à articulação cultural e científica entre as várias unidades componentes do sistema universitário", o que significa que a FFCL deveria desenvolver, em matéria de ensino e pesquisa, atividades que não estavam na finalidade de outras escolas e institutos da USP e lhes fossem indispensáveis.

Dessas atividades da FFCL, três seriam as mais importantes:

- 1ª, pesquisa pura e original, o que, evidentemente, não era objetivo das outras faculdades e de institutos da USP, voltados para as pesquisas de imediato interesse profissional;
- 2ª, pesquisa de ensino em todas as áreas da;

— Filosofia, Ciências e das Letras, o que não ocorria nas outras faculdades e nos institutos da USP, criados em função de necessidade de nosso meio em matéria de profissionais liberais e de serviços;

3ª, estudos desinteressados no campo da cultura espiritual, o que também não ocorria nas demais faculdades, voltados precipuamente para a habilitação de profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, etc.).

4ª, formação de professores para o ensino secundário, sabidamente indispensáveis à elevação do nível de conhecimento dos alunos que viessem a ingressar nos cursos da Universidade de São Paulo.

Para atingir os seus fins, a FFCL teve uma organização curricular, um regime de trabalho, uma qualificação do corpo docente e um programa de atividades muito específicos:

- 1º) teve seu curso dividido em três grandes seções — Filosofia, Ciências e Letras; estas seções divididas em subseções; e estas, divididas em cadeiras, o que permitiu que o ensino e a pesquisa chegassem a uma exigente especialização;

2º) instalou as cadeiras, desde logo, não apenas em função da atividade docente, mas sobretudo em função da atividade de pesquisa, que tinha de ser desenvolvida pelos professores e pelos alunos (gabinetes de trabalho, salas de seminários, laboratórios, bibliotecas, arquivos, museus).

3º) contratou, para a regência das cadeiras, professores nacionais e estrangeiros (os estrangeiros naturalmente em maior número, dada a novidade, no Brasil, da maioria dos cursos) distinguidos pela sua formação especializada e pela sua experiência na pesquisa original.

4º) colocou seu pessoal docente em regime de tempo integral (o que outras faculdades ocorria apenas para os professores com cadeiras de laboratório).

5º) iniciou os cursos em 1935, já em 37 começou a publicar, numa série intitulada "Boletins", que se tornou conhecida no Brasil e no exterior, trabalhos de pesquisas e as teses de seu pessoal docente.

6º) criou, para os interessados em seus cursos, três tipos de matrícula: numa subseção, com várias disciplinas; numa só disciplina, em caráter de especialização; e matrícula na categoria de ouvinte, o que desde logo atraiu, para a Faculdade, pessoas que, pelo seu elevado grau de cultura, contribuíram para que os cursos de estrangeiros professores, nacionais ou estrangeiros, pudessem ser dados num alto nível de informação e de indagação filosófica, científica ou literária.

7º) criou, para os professores do ensino oficial do Estado, uma situação de aluno-comissionado, o que resultou numa imediata influência da Faculdade sobre o magistério secundário.

Se muitas dificuldades tiveram os Fundadores para criar e consolidar a USP, não menos dificuldades tiveram no caso particular da FFCL:

Primeiro com relação aos professores estrangeiros que, apesar da atenção e do prestígio que foram envolvidos pelos fundadores da USP e pelo elementos mais representativos da sociedade paulistana, nem por isso deixaram de ter problemas de adaptação às condições de trabalho científico e docente, muito diferentes das que tinham em suas universidades de origem, agravados, esses problemas, por lentas e reações jacóbinas de alguns espíritos provincianos, de nosso meio social e mesmo universitário.

cordância da respectiva congregação); exigências para promoções na carreira (para a conquista de uma cátedra era ponderável, no concurso de títulos, o exercício de ensino, o doutoramento, e a docência livre; e para atingir o mais alto nível do magistério universitário, que era o do professor catedrático efetivo, eram necessários no mínimo, dez anos de exercício na qualidade de professor catedrático); exigências, ainda, em matéria de obrigações, que iam muito além da ministração de cursos, como, por exemplo: realizar, promover e orientar pesquisas, inquéritos e monografias; realizar conferências; indicar, e depois orientar na carreira universitária, os auxiliares de ensino; finalmente, exigências (de acordo com a natureza da cadeira) de tempo integral e consequente dedicação exclusiva do docente aos seus trabalhos científicos e às suas funções universitárias.

Se as exigências estabelecidas para os professores da USP não foram poucas (e não poderia ser diferente, pois doutro modo não se teria uma verdadeira universidade) é necessário não esquecer que satisfatórias condições foram criadas para o cumprimento dessas exigências: vencimentos condignos, viagens de estudo, comissionamento no estrangeiro para aperfeiçoamento ou para pesquisas, comparecimento a congressos nacionais e estrangeiros para troca de informações, publicação dos trabalhos do professor, para lhe permitir estabelecer relações científicas.

Com razão se tem dito, sublinhando-se a importância do fato, que foi com a criação da USP que se deu no Brasil o primeiro e decisivo passo para a instituição da carreira universitária e, com esta, para a criação de uma nova classe de professores de ensino superior, dedicados exclusivamente à pesquisa e ao ensino, o que é muito diferente de um professorado que, embora competente na docência, divide seu saber e sua atividade entre o ensino e o exercício de uma profissão liberal.

Uma colaboração inestimável e necessária: os professores estrangeiros.

Estabelecida, como um dos fins da USP, a formação de "especialistas em todos os ramos da cultura, técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística", desde logo se impôs, aos idealizadores da universidade paulista, a necessidade de contratação de grande número de professores estrangeiros, pois apesar do nível que nossas faculdades e institutos científicos e de cultura já haviam atingido, a verdade é que não tínhamos, na quantidade e na diversificação necessárias, o professorado que a USP exigiria, particularmente no caso da nova faculdade, a de Filosofia, Ciências e Letras.

Dada a crise econômica nos Estados Unidos e o temor que se apoderara da Europa, com a ameaça de uma nova guerra, não seria difícil, aos Fundadores da USP, atrair a São Paulo grande número de professores universitários. Mas o que importava, para alcançar os objetivos estabelecidos para a USP, não era apenas ter um professor na regência de cada curso novo, mas ter, nessa função, um especialista de comprovada capacidade para a pesquisa ou para o pensamento original e, ao mesmo tempo, com capacidade para criar, na jovem universidade, mais do que uma cátedra, um centro de trabalho, onde se formassem novos especialistas. Como a tarefa não era fácil, de sua execução foram incumbidos, dentre os Fundadores da USP, um dos que mais conhecimentos tinham dos meios universitários e científicos europeus e norte-americanos, o Professor Teodoro Ramos — muitas vezes lembrado pelo rigoroso critério com que soube selecionar os primeiros professores estrangeiros para a USP. E, assim, de 1934 a 1939, quando a deflagração da II Grande Guerra e um vesgo movimento xenóforo, promovido pelo nosso nascente Estado Novo quase anularam nossas relações universitárias com a Europa, foram contratados, para os diferentes cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras:

- a) na França: Robert Garric, Émile Cornaert, Pierre Defontaine, Paul Arbusse-Bastide, Roger Bastide, Etienne Borne, Pierre Hourcade, Pierre Berville, Jean Mauge, Jean Gagé, Alfredo Bonzon, Pierre Monbeig, Fernand Paul Braudel, Claude Levi-Strauss, François Perroux e Pierre Promont;
- b) na Inglaterra: Edgar Otto Gothsch e Paul Vanorden Shaw;
- c) na Itália: Luigi Galvani, Giacomo Albanese, Francesco Piccolo, Luigi Fontappié, Ettore Onorato, Gleb Wataghin, Ottorino di Fiore Coprani e Giuseppe Ungaretti;
- d) na Alemanha: Ernest Breslau, Ernest Marcus, Reinrich Rheinboldt, Felix Rawitscher, Heinrich Hauptmann;
- e) em Portugal: Rebelo Gonçalves, Fidelino de Figueiredo e Urbano Canuto Soares.

Se bem que não tenha sido possível dar, de imediato, aos "professores estrangeiros" condições de trabalho docente e científico compatíveis com suas categorias e correspondentes ao que deixaram em seus países de origem, a verdade é que o excepcional espírito de colaboração que trouxeram levou-os a compensar todas as deficiências e a superar todas as dificuldades e, assim, em poucos anos, contando eles com a cooperação de excelentes professores brasileiros, fizeram, da recém-criada Faculdade de Filosofia e Letras, uma instituição de ensino e pesquisa com prestígio internacional.

O mais importante estava criado: a estrutura básica e o espírito da USP

Ao publicar, em 1954, durante as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, a história da sua universidade, Ernesto de Souza Campos de um lado procurou mostrar o sentido em que a universidade, criada por Armando de Salles Oliveira, acabou, ao longo de vinte anos, por concretizar os ideais dos fundadores e, do outro lado, deu particular ênfase ao sentido em que a instituição cresceu em faculdades, em institutos, em cursos, em professores, em alunos, enfim, em recurso de ensino e pesquisa e, consequentemente, em produção. Passados, mais vinte anos, poderíamos mostrar como esse crescimento atingiu amplas proporções e como, atingida pela reforma nacional do ensino superior, a USP teve de se afastar do seu modelo inicial.

Se bem possamos reconhecer que, para compreender o valor da Universidade de São Paulo, na história de nosso ensino superior, é indispensável ter em conta os índices de seu crescimento e as possibilidades que teve de atender às exigências de uma reforma do ensino, nem por isso deixaríamos de concluir, de uma análise do ato de Armando de Salles Oliveira, que o fato mais importante de quarenta anos da história da USP foi o ato de sua criação, porque foi aí que se definiu a estrutura básica e o espírito da instituição. E tão certa essa estrutura e tão válido esse espírito, que as reiteradas crises sofridas pela USP não lograram destruí-las.